

O TRABALHO E A RUA

Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80

Ayrton Fausto

Ruben Cervini

Organizadores





FLACSO

SEDE BRASIL 15º aniversário
Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais

Conselho Editorial

Alda Judith Alves-Mazzotti

Ayrton Fausto

Arno Vogel

Daniel Jorge Canó

Leopoldo Bartolomé

Luis Antônio Cunha

Marco Antonio da Silva Mello

*(Coordenador do Programa
Editorial)*



“Os artigos deste texto expressam as opiniões dos seus autores e não necessariamente as do UNICEF, da FLACSO e da UNESCO.”

O TRABALHO E A RUA:

Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80

Ayrton Fausto, Ruben Cervini (Org.)

Programação visual e Capa (sobre fotos de Maurício Bacellar): Carlos Clémen

Preparação de Originais: Helder Garmes

Edição de texto: Adma F. Muhana

Revisão: Celso Duarte, Maria de Lourdes de Almeida, Rita de Cássia M. Lopes

Coordenação editorial: Danilo A. Q. Morales

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

O Trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80. — 2. ed. — São Paulo: Cortez, 1996.

Textos selecionados de estudos e pesquisas apoiados pela UNICEF, FLACSO.

ISBN 85-249-0305-8 (Cortez) ISBN 85-85140-02-X (FLACSO do Brasil)

1. Adolescentes - Brasil - Condições sociais 2. Brasil - Política social 3. Crianças - Brasil - Condições sociais 4. Menores - Trabalho - Brasil 5. Menores abandonados - Brasil I. UNICEF. II. Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. III. UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. IV. Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80.

91-2545

CDD-362.70981

331.310981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: Adolescentes: Problemas sociais 362.70981
2. Brasil: Crianças: Problemas sociais 362.70981
3. Brasil: Meninos de rua: Problemas sociais 362.70981
4. Brasil: Menores: Trabalho: Economia 331.310981
5. Trabalho infantil e juvenil: Economia 331.310981

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização expressa dos editores

© 1991 by UNICEF/FLACSO/UNESCO

Direitos para esta edição

CORTEZ EDITORA

Rua Bartira, 387 — Tel.: (011) 864-0111

05009-000 — São Paulo — SP

Impresso no Brasil — 1996

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, crueldade e opressão.”

Constituição da República Federativa do Brasil, Art. 227, 5.10.1988

Sumário

Prefácio	9
Introdução	15

Capítulo 1

O menino trabalhador no Brasil urbano dos anos 80.....	17
--	----

Ruben Cervini, Freda Burger

Capítulo 2

Pobreza, cor e trabalho infanto-juvenil.	47
---	----

I. As conseqüências da pobreza sobre a infância e a adolescência	48
--	----

*Ricardo Paes de Barros,
Rosane S. Pinto de Mendonça*

II. Conseqüências de longo prazo do trabalho precoce.....	56
---	----

Ricardo Paes de Barros, Eleonora Cruz Santos

III. O papel da cor na inserção do menor no mercado de trabalho metropolitano brasileiro.....	62
---	----

Ricardo Paes de Barros, Eleonora Cruz Santos

Capítulo 3

«Menores» institucionalizados e meninos de rua: os grandes temas de pesquisas na década de 80	69
---	----

Irene Rizzini, Irma Rizzini

Capítulo 4

Crianças de rua: um estudo das suas características demográficas	91
--	----

Eduardo Juárez

Capítulo 5

Meninos de rua e meninos na rua:
estrutura e dinâmica familiar117

Alda Judith Alves-Mazzotti

Capítulo 6

Da casa à rua: a cidade como
fascínio e descaminho133

Arno Vogel, Marco Antonio da Silva Mello

Capítulo 7

A família contra a rua: uma análise
psicossociológica da dinâmica familiar em
condições de pobreza151

Wilson Moura

Capítulo 8

A montanha e a pedra: os limites da política
social brasileira e
os problemas de infância e de juventude195

Vilmar Faria

Anexo estatístico

O menino trabalhador no Brasil
urbano dos anos 80227

*Ruben Cervini, Freda Burger,
Lucilene Dias Cordeiro*

“MENORES” INSTITUCIO- NALIZADOS E MENINOS DE RUA:

Irene Rizzini*
Irma Rizzini**

** Pesquisadora e Coordenadora da CESPIIUSU — Coordenação de Estudos e Pesquisas sobre Infância Universidade Santa Úrsula*

*** Pesquisadora e Dirigente do Centro de Documentação da Infância da CESPIIUSU.*

Marcelo Montes Penha participou como Assistente na realização da pesquisa em que se baseia este trabalho.



Capítulo

3

Índice

Introdução

1. Os temas da pesquisa
2. Balanço final: avanços, lacunas e recomendações
3. A título de conclusão

Introdução

Da visão assistencialista às novas proposições da sociedade

O texto que ora apresentamos constitui uma síntese comentada dos resultados de uma seleção de pesquisas produzidas na década de 80 sobre a situação da infância pobre no Brasil¹.

Serviram de base para este texto os temas que, a nosso ver, melhor refletem as transformações que se processaram nos anos 80 em relação ao entendimento da questão.

Nas próximas linhas, traçaremos de forma sucinta o avanço que acreditamos tornar a década de 80 um período que deixará marcas profundas na história da assistência à infância no país.

A partir de meados dos anos 70, o problema popularmente conhecido como do “menor abandonado” passou a ser alvo de crescente atenção. Palavra de ordem na época, e sobretudo nos primeiros anos da década de 80, era a necessidade de se revelar a verdadeira situação em que se encontravam as crianças provenientes das camadas pobres e miseráveis da população. Surgem as primeiras iniciativas de pesquisa social para investigar a questão nas principais cidades (São Paulo e Rio de Janeiro) e uma Comissão Parlamentar de Inquérito, divulgada em 1976. Assim, o tema do menor, antes caracterizado por dados escassos e difusos e pela ausência de pesquisas que dimensionassem e aprofundassem o problema, torna-se um objeto de estudo que passa a ser cada vez mais visado. Acrescenta-se às iniciativas preliminares de investigação mencionadas, o surgimento de uma vasta produção acadêmica na passagem da década de 70 para a de 80, reafirmando a importância que o tema adquiriu, sobretudo no âmbito das ciências sociais².

1. Este trabalho é resultado de um estudo encomendado pelo UNICEF à Coordenação de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CESPI), da Universidade Santa Úrsula, sobre a produção acadêmica na década de 80. Para tanto, efetuou-se um levantamento que englobou 70 pesquisas. O critério de seleção obedeceu às seguintes condições: a) a data de realização ou publicação deveria ser da última década. Exceção a essa condição foi a inclusão de duas pesquisas produzidas em 1979 (Gonçalves e Ferreira), devido à importância das mesmas, as quais são apontadas como precursoras de uma linha de pesquisa que se difundiu nos anos seguintes sobre os “meninos de rua”; b) para fins deste estudo, considerou-se como pesquisa todo estudo que produzisse dados primários, quantitativos e/ou qualitativos. Demos especial atenção aos dados qualitativos disponíveis sobre o tema, por entendermos que, além de serem mais escassos os estudos que os contêm, sua divulgação é também bem mais restrita.

2. Segundo estudos sobre a produção acadêmica do tema em questão, estima-se que houve um aumento superior a 300% na produção da década de 80 em relação ao período de 1975 a 1979 (Alvim & Valladares, 1988; Rizzini, 1989).

Em termos concretos, de que maneira este conjunto de informações repercutiria na sociedade? Ora, todo este conhecimento que traduzia em números uma problemática cujas evidências não se podia mais subestimar, provocou o rompimento de uma série de mitos até então sustentados. Merecem destaque as seguintes revelações, em virtude do impacto que causaram na sociedade:

1. Os “menores abandonados” não são realmente abandonados — eles têm família. Ao contrário do que se pensava, eles se originam de famílias pobres, mas não necessariamente desestruturadas. Os anos 80 vieram a comprovar que os menores vivem em sua maioria em famílias nucleares, que para sobreviverem precisam dos recursos obtidos por todos os membros da família, inclusive as crianças. O que era percebido como desagregação, em muitos casos poderia ser interpretado como solidariedade.

2. O menor carente não constitui uma minoria no país, já que mais da metade da população de 0 a 17 anos (57,1% em 1981) poderia ser assim classificada, por pertencer a unidades domésticas pobres e miseráveis (IBGE, 1989).

A partir do questionamento destes mitos, muito se avançou em termos do conhecimento sobre as condições reais de vida da população infantil, redirecionando a ótica predominante. De menores abandonados que necessitavam da caridade e da intervenção assistencial do Estado, chegou-se ao reconhecimento de que havia no país milhões de crianças cruelmente atingidas pelas mazelas da pobreza imposta às suas famílias em virtude da política social injusta vigente no país. Essa compreensão possibilitou uma mudança radical de perspectiva em relação ao problema e abriu espaço para o surgimento de novas propostas da sociedade para o enfrentamento do mesmo.

A divulgação sistemática dos dados obtidos com base em investigações de indiscutível credibilidade possibilitou uma conscientização crescente por parte da sociedade em relação ao problema. Este foi gradualmente sendo percebido como parte de uma conjuntura política que primava pela desigualdade social, permitindo a uma minoria o usufruto de grande parte da riqueza nacional. Era fundamental conhecer a origem do problema. Caso contrário, como pensar em soluções? Aí está, em síntese, a base do conhecimento que propiciou as mudanças de postura observadas no decorrer dos anos 80, face à situação da infância. É possível identificar um sem-número de iniciativas em todo o país convergindo na mesma direção — a articulação de esforços de diversos segmentos da sociedade em defesa da criança e do adolescente, que reuniria os elementos necessários para uma reforma sem precedentes, inclusive a nível jurídico³.

Discutiremos, no texto que se segue, a contribuição legada no âmbito da pesquisa, através de dois temas que acompanharam o debate da década:

3. De Norte a Sul, inúmeras contribuições se somaram no sentido de elaborar uma nova lei que preconizasse o respeito aos direitos da criança. Esse processo resultou na elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente, lei que em julho de 1990 revogou o antigo Código de Menores (1927/1979).

1. Os menores institucionalizados.

Tema amplamente focalizado pelos pesquisadores na virada da década. Como veremos, estas pesquisas contribuíram de forma efetiva para a mudança na concepção de infância ocorrida na década de 80.

2. A criança pobre e suas estratégias de sobrevivência.

Incluem-se aqui as pesquisas e estudos de campo cuja proposta era corrigir e ampliar o conhecimento existente sobre as condições de vida das crianças e adolescentes classificados como pobres. Destacam-se as pesquisas sobre os chamados "meninos de rua", em face do número crescente de crianças que passaram a fazer das ruas seu espaço de trabalho e/ou moradia nos últimos anos. Os resultados dessas pesquisas foram decisivos para a mudança de perspectiva da sociedade em relação ao problema.

Por fim, gostaríamos de destacar que, ao longo do artigo, procuramos nos manter fiéis à terminologia empregada pelos autores para designar a população alvo das pesquisas, pois ela reflete a concepção de infância predominantemente aceita na época. Por exemplo, no início da década, o termo "menor" é ainda utilizado de maneira pouco crítica, o que aparece nitidamente nas pesquisas sobre a internação de crianças. Já a partir da metade da década, começa-se a questionar o seu emprego, sendo entendido como discriminatório e estigmatizante.

1. Os temas da pesquisa

1.1. Os "menores" institucionalizados

Um grande número de pesquisas sobre a questão da internação de crianças em instituições de assistência para menores surgiu no final da década de 70 e, sobretudo, na primeira metade da década de 80. Tais estudos caracterizam-se por constituir abordagens essencialmente qualitativas, que visam estabelecer um perfil do grupo que se encontra dentro das instituições, composto tanto por menores carentes como infratores. Destacam-se alguns temas privilegiados pelos pesquisadores em seus estudos, como, por exemplo: as características comuns aos internos no que se refere à idade, gênero, origem e relações familiares. Questões tais como as causas da internação e as consequências, a curto e a longo prazos, que podem ser associadas à experiência de vida nos internatos são também salientadas pelas pesquisas.

Apresentaremos a seguir uma síntese dos resultados das pesquisas que focalizaram o tema da institucionalização de crianças.

O perfil do "menor" institucionalizado

Quais são as características comuns às crianças internadas?

É necessário ressaltar que não é possível estabelecer um perfil nacional da criança internada, já que não há dados censitários sobre essa população, embora a internação tenha historicamente constituído uma das principais práticas de atendimento à infância pobre no país. As pesquisas que surgem na década de 80 privilegiam o estudo dos internos na fase de adolescência (10 aos 18 anos), o que não significa que esta seja a faixa etária predominante nos internatos. Guirado (1980) mostra que a procura para internação se dá com mais frequência para crianças com idade inferior a 6 anos, voltando a aumentar entre os 12 e 14 anos.

Não se observa nestas pesquisas a preocupação de analisar as possíveis diferenças de gênero. Somente duas pesquisas focalizaram a questão da menina internada, referindo-se à exploração sofrida pela "menor-mulher" na sociedade, principalmente com relação ao trabalho doméstico, que na maioria das vezes é a única opção que encontram ao saírem da instituição (Silveira, 1989 e Cabral, 1982). Entretanto, é interessante destacar que a própria instituição não faz essa diferenciação, lidando com os internos como se fossem seres assexuados. Somente quando a sexualidade começa a despontar com mais intensidade, o que é percebido como problema, é que a instituição se preocupa com a diferenciação de sexo. Na verdade, trata-se de uma discriminação entre os sexos, onde meninas e meninos são separados e, segundo Altoé (1990), não implica em nenhuma diferença significativa de tratamento. A autora pesquisou sete internatos de uma Fundação, onde crianças de ambos os sexos conviviam indistintamente até os seis anos. Os meninos só conviviam com as meninas até essa idade, quando então eram transferidos para outros estabelecimentos próximos. A partir dos 12 anos, a Fundação só atendia meninos, alegando ter muitos problemas no atendimento de meninas.

Embora as pesquisas raramente abordem as características étnicas da população internada, os resultados sugerem que apenas uma minoria poderia ser incluída na categoria "branca". No Rio de Janeiro, em três instituições estudadas, foi registrado um percentual de 39% de crianças pardas, 30% de cor negra e 31% de cor branca (Rizzini, 1985). Na mesma cidade, a população atendida pela Fundação Estadual de Educação do Menor, em seus vários programas, era composta de 38% de pardos, dado bem aproximado ao encontrado por Rizzini. O levantamento da FEEM (1982) não especifica a composição étnica do restante da população atendida, assumindo a percentagem de pardos como majoritária.

Quanto à questão da origem das crianças, os estudos indicam que estas são, em sua maioria, naturais das próprias capitais onde estão internadas, particularmente das áreas mais pobres e periféricas das cidades (Guirado, 1980; Vainsencher, 1989; FEEM/RJ, 1987; Silveira, 1989 e Rizzini & Wiik, 1990).

Um aspecto importante a ser considerado no perfil das crianças internadas refere-se às suas famílias (Painel 1). Observa-se que os estudos realizados nos primeiros anos da década de 80 apresentam a família do “menor institucionalizado” como invariavelmente “desorganizada” ou “desestruturada”. Os estudos mais recentes evitam tal qualificação das famílias, a partir das críticas que se tem feito, segundo as quais as categorias acima citadas seriam definidas tomando-se como parâmetro um padrão dominante de família que não corresponderia à realidade de vida das camadas mais pobres da população.

O dado mais expressivo a ser destacado sobre as famílias dessas crianças é o fato de serem constituídas com grande frequência em torno da figura de um dos pais, em geral a mãe. A ausência da figura paterna é comumente associada à desorganização das famílias e à conseqüente dificuldade que teriam as mães de arcar sozinhas com a responsabilidade de cuidar de seus filhos (Guirado, 1980; Cabral, 1982; Campos, 1984). Embora não defendendo o ponto de vista da desorganização familiar, outras pesquisas confirmam o fato de que a ausência paterna constitui uma realidade para a maioria dos menores internados. Por exemplo, uma pesquisa realizada em Recife mostrou que 72% dos internos não tinham pai ou informações sobre o mesmo (Vainsencher, 1989). Outro estudo, proveniente de Fortaleza, registrou a proporção de 44% de famílias constituídas em torno de apenas um dos pais (Silveira, 1989).

É interessante observar que são poucos os estudos que investigam o vínculo da criança internada com sua família, apesar da unanimidade na concordância quanto a sua importância para o desenvolvimento da criança. Do estudo de Rizzini (1985) com 363 menores internados de ambos os sexos, 42% deles tinham contato sistemático com a família e, em 58% dos casos, o contato era esporádico ou inexistente. A autora obser-

vou que quando a internação era feita pela própria família, os laços tendiam a se manter, o que não ocorria quando a iniciativa provinha do Juizado de Menores.

Por que se interna crianças no Brasil?

Embora nem sempre as pesquisas apontem as dificuldades financeiras enfrentadas pelas famílias de baixa renda como a causa imediata da internação dos filhos, a pobreza aparece invariavelmente como um fator determinante. Isto é também verdadeiro para os casos dos menores que são internados por terem cometido algum tipo de infração.

Uma causa apontada com frequência é a dificuldade da família em lidar com a conduta da criança. Nestes casos, é a própria família que procura a instituição ou o Juizado de Menores para auxiliá-la na tarefa de disciplinar seus filhos. Em Fortaleza, 30% das meninas internadas no Centro de Recepção e Triagem da FEBEM/Ce lá estavam por desobediência aos pais. A perambulância aparece em 25% dos casos e a suspeita de furto em 13% das internações. Até problemas psiquiátricos aparecem como motivos de internação, perfazendo 8% dos casos (Silveira, 1989).

Outra via identificada como causa da internação é a ação repressiva do Estado motivada pelo “comportamento infrator do menor”, ou seja, por uma ação que tenha infringido a legislação vigente na época (Código de Menores), ou até mesmo por suspeita de infração.

A pobreza aparece como um fator que conduz à internação. É comum também a família buscar a internação por dificuldade de lidar com os filhos.

Painel 1

Quem são as crianças e os jovens que se encontram dentro dos internatos para menores no país?

A população internada é composta por crianças e jovens, que são tratados como órfãos e abandonados, embora possuam famílias. Os muitos “orfanatos” espalhados pelas cidades brasileiras estão abarrotados de “menores” que teriam sido internados por encontrarem-se em “situação irregular” (Código de Menores / 1927-1990). Tal irregularidade poderia consistir, por exemplo, no fato de terem nascido pobres e terem sobrevivido, sem que suas famílias tivessem condições de sustentá-los.

Os menores internados são em geral originários do mesmo município onde estão localizadas as instituições, provindos dos locais mais pobres das cidades, como as favelas e os bairros das periferias. Suas comunidades de origem são com frequência muito distantes das instituições nas quais residem, dificultando a manutenção dos laços familiares. Estes vão conseqüentemente se enfraquecendo à medida que os anos passam, o que torna pertinente a seguinte dúvida: poderia a internação ser considerada uma alternativa válida para as famílias que têm dificuldade de cuidar de seus filhos, ou funcionaria ela como um incentivo ao abandono? Diversos estudos sugerem que a internação, salvo em situações excepcionais, causa mais danos do que beneficia aqueles que a ela recorrem.

Dados levantados por uma pesquisa de Recife (Vainsencher, 1989) identificam o percentual de internações motivadas pela ação da polícia: 18% por roubo, 11% por vadiagem ou fuga de casa, 8% por assassinato ou suspeita de e 7% por consumo de drogas nas ruas.

Fatores que retratem as motivações internas dos pais e as circunstâncias específicas na vida das crianças que levam suas famílias a interná-las são pouco explorados pelas pesquisas. Uma exceção é o estudo de Fonseca (1987) em uma favela de Porto Alegre. A autora relata que famílias em situação de crise, por separação conjugal ou morte de um dos cônjuges, recorriam à FEBEM para garantir a sobrevivência dos filhos, embora a instituição estivesse em último lugar na escala de preferência dessas pessoas.

Visto por que as crianças são internadas, é importante considerar quem as interna. As pesquisas demonstram que as crianças são internadas pela família, pela polícia e até por iniciativa própria — por “estar cansada de sofrer” (Cabral, 1982). A procura de internação por parte da própria criança é também abordada na pesquisa de Fonseca (1987), segundo a qual havia casos em que os próprios adolescentes preferiam ir para a instituição, por ter cama própria, refeições regulares e a possibilidade de interromper a internação pela fuga, quando quisessem.

Quais são os efeitos da internação na vida da criança?

Os estudos indicam que a experiência de vida dentro de instituições fechadas, principalmente nos casos de longa duração, é prejudicial em vários aspectos, em especial no processo de formação da identidade, na escolarização e no desenvolvimento

das relações sociais (Painel 2). A questão da formação da identidade do menor internado é alvo de preocupação de alguns autores de formação psicológica, que realizaram pesquisas predominantemente de cunho qualitativo.

Violante (1984), no seu estudo sobre menores internados na FEBEM de São Paulo, revela que muitas vezes o indivíduo acaba por cumprir a “carreira” que a instituição lhe traça, adquirindo a identidade que lhe atribuem e se distanciando cada vez mais do modelo de identidade dos “normais”. Campos (1984), no seu trabalho sobre alunos e ex-alunos da FUNABEM, aborda a mesma questão, mostrando como a instituição impõe ao menor a identidade idealizada do “recuperado”, tratando-o, porém, de acordo com a identidade atribuída de “infrator”. A autora mostra como muitas vezes o menor acaba se identificando com os valores da classe dominante, passados como valores da instituição.

Num outro tipo de abordagem, Marin (1988), referindo-se a crianças pequenas internas na FEBEM/SP, considera que o processo de identidade da criança é prejudicado pelo fato de a instituição pretender ocupar o lugar da família, ocultando sua situação social e levando-a ao silêncio e à submissão.

A única pesquisa que aborda a questão da criança internada desde a sua entrada quando bebê até a sua saída com 18 anos é a de Altoé (1990). A autora analisa o funcionamento cotidiano da instituição, mostrando que o internato oferece um atendimento violento (violência explícita e implícita na rotina) e contrário à formação do sujeito e do cidadão. Não há lugar para a diferenciação na instituição; o que existe é regularidade e ordem, uma “vivência da mesmice”, que dificultaria a formação de indivíduos autônomos.

O problema da inserção social é abordado por vários pesquisadores. O estudo de Fróes (1983) mostra

Painel 2

Os efeitos da internação na vida da criança.

Os indivíduos que durante a infância passam pela condição de “menores institucionalizados” encontram dificuldade em se adaptar à vida social fora dos muros do internato e tornam-se adultos que podem apresentar sérios problemas de identidade.

A internação de crianças em instituições de assistência (conhecidas como asilos, dispensários, orfanatos etc.) constitui uma prática que se origina do século passado, sem que, no entanto, tenha sido abolida no Brasil. Embora não existam dados censitários sobre a população internada e sobre as instituições espalhadas pelo país, sabe-se que ainda existem muitas em pleno funcionamento, apesar de serem mundialmente condenadas como prática de atendimento a crianças desassistidas. E por que se condena as instituições? As pesquisas revelam que a vida institucional, por suas características de rotinização, massificação e rígida disciplina, cria um ambiente de impessoalidade e falta de afeto, que pode prejudicar o indivíduo de várias maneiras. Os principais aspectos destacados pelas pesquisas como efeitos causados pela internação dizem respeito à formação de identidade do indivíduo e a sua inserção social. Crianças que passam um longo período de suas vidas dentro de internatos tornam-se, com frequência, indivíduos despreparados para a vida e enfrentam enormes dificuldades de aceitação e adaptação fora da instituição. Os pesquisadores que se dedicaram a estudar a vivência daqueles que passaram pela experiência de internação chamam a atenção para o fato de que os indivíduos desenvolvem uma imagem extremamente negativa de si mesmos.

As pesquisas revelam que a experiência de longa duração no internato é prejudicial ao processo de formação da identidade e de inserção social do indivíduo.

que o preconceito da sociedade com relação ao interno não é somente dirigido ao jovem, visto como um "marginal". No seu estudo com crianças institucionalizadas que passavam a freqüentar a escola quando completavam 5 anos, a autora mostra o difícil caminho enfrentado por estas crianças para, de um lado, se adaptarem ao novo ambiente e, de outro, para serem aceitas no mesmo. No entanto, a maior parte dos estudos aborda a questão sob o ponto de vista do adolescente em vias de deixar a instituição ou após o seu desligamento. Campos (1984), focalizando um grupo de egressos da FUNABEM, testemunha a dificuldade de inserção do ex-interno na sociedade. A autora analisa essa dificuldade a partir do despreparo do jovem em nível do real e da mudança brusca de vida a que é submetido, passando do "conforto total e gratuito a um abandono completo".

Poucos estudos tratam do caso específico dos menores que de alguma forma infringem a lei e são detidos nos internatos.

Queiroz (1984) aborda a saída do menor infrator da instituição, mostrando que a marca da FEBEM e da polícia dá a certeza de que ele é intrinsecamente criminoso, tornando-o para sempre culpado perante a sociedade. Portanto, a passagem pelo internato tende a piorar a sua situação, dificultando suas possibilidades de inserção social por outra via que não a da marginalidade.

Altoé (1989), num estudo sobre egressos de internatos para menores, aponta que ao ser desligado da instituição o ex-interno não conta com um período de transição para adaptar-se aos problemas da vida cotidiana fora do contexto em que foi socializado. O indivíduo, desta forma, defronta-se com uma sociedade cujas regras pouco conhece e na qual deve cuidar de sua sobrevivência e assumir sua condição de cidadão. As suas expectativas colidem com a realidade, podendo ser geradas a partir daí várias trajetórias sociais. Além do que, é um indivíduo marcado pela institucionalização, fazendo com que sofra o estigma social de ter passado por uma instituição como a FUNABEM, percebida pela sociedade como sinônimo de uma "fábrica de marginais"⁴. Este fator, somado ao seu pouco preparo para enfrentar o mundo do trabalho, acaba freqüentemente impelindo-o para a ilegalidade a fim de garantir a sua sobrevivência. É uma saída também traumática, já que requer igualmente uma experiência distinta da que o menor teve no internato.

4. Esta representação das instituições de assistência foi consolidada na época do SAM (1941-1964) e mantida posteriormente com a criação da FUNABEM (1964-1990), quando se pretendia justamente mudar a imagem de "escolas do crime" que os estabelecimentos carregavam. Com as reformulações que se processaram no plano legislativo, a partir da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (julho de 1990), espera-se mudanças significativas na política de assistência à infância, com ênfase na garantia dos direitos deste segmento da população.

O que as pesquisas detectam com relação aos sentimentos e às representações das crianças?

Os autores mostram que as representações dos menores institucionalizados frente a si mesmos são enormemente influenciadas pela imagem negativa e preconceituosa que a instituição tem deles. Desta forma, Campos (1984) defende o ponto de vista de que o menor, ao ser considerado em "falta", elabora uma auto-imagem de um sujeito em "falta", em "erro", e que necessita portanto do apoio paternalista e assistencialista que a instituição lhe oferece.

Nesse sentido, Cabral (1982), em seu estudo sobre meninas internadas, discute a existência nelas de um auto-conceito negativo, reforçado pelo fato de esta-

Alguns autores destacam que os internos apresentam um auto-conceito negativo e se percebem como um peso para suas famílias e para a sociedade.

rem internadas. Vainsencher (1989), por sua vez, aponta que a maioria dos menores internados aceita passivamente a internação, seja ela determinada pelas dificuldades financeiras enfrentadas por suas famílias, seja pelo fato de terem praticado atos considerados anti-sociais. É um alto grau de resignação, que os faz sentir como um peso para suas famílias e para a sociedade.

A pesquisa de Altoé (1989) com ex-internos da FUNABEM e instituições semelhantes revela que a família representa para estes proteção, afeto, apoio e até o vínculo com o mundo fora dos muros da instituição. A perda do vínculo familiar é percebida pelos ex-internos como irreparável. Contudo, nem sempre os sentimentos frente à família são harmoniosos. O sentimento de revolta pela internação aparece, por exemplo, no grupo de meninas estudado por Cabral (1982), as quais depositavam na família as causas de sua situação de vida.

As representações dos menores internados em relação à instituição que os abrigava também é objeto de estudo de alguns autores. Altoé (1989) mostra que os egressos de instituições tendem a ter uma visão idealizada do internato, como uma "família" que lhes deu tudo e que ele, o ex-interno, não soube aproveitar. Nas palavras da autora, "o ex-interno se coloca contra si próprio e 'elogia' a instituição" (p. 104). Esta aparente divergência de representações da instituição pode ser entendida pelo fato de serem provenientes de internos e ex-internos. O egresso, tendo que lutar com a dificuldade diária de sobrevivência, preocupação antes inexistente, tende a idealizar a instituição provedora, onde tinha, a seu ver, "regalias" e "mordomias", agora inimagináveis.

Essas observações são igualmente verdadeiras no caso dos menores infratores entrevistados. Segundo Edmundo (1987), os menores entrevistados na

FEBEM/Pe, viam a instituição como “mãe”, com toda a ambigüidade que a imagem carrega: a instituição como a figura materna nega sua vivência, o anula, mas sempre que possível o acolhe e compreende.

É de certa maneira surpreendente que tão pouca atenção tenha sido dada à questão do trabalho nas pesquisas sobre menores institucionalizados, em face da ênfase que normalmente se dá à formação e à ocupação profissional dos mesmos.

Observa-se que os sentimentos dos menores internados frente às atividades exercidas na instituição constitui um tema abordado de forma breve pelas pesquisas. No que se refere à vivência do trabalho na própria instituição, Cabral (1982) aponta que esta é percebida pela maioria dos menores como castigo.

Já Violante (1984) verificou que a prática escolar e profissionalizante, usada como contenção e com descaço dentro da FEBEM/SP, não produzia as condições necessárias para a posterior sobrevivência do interno na sociedade. Este fato levava-os a adquirir representações negativas a respeito do trabalho. O mesmo fenômeno foi constatado por Altoé (1990) e é apontado claramente pelos internos. Segundo relato de um deles, a atividade na oficina “é só para manter a gente ocupado” (p. 227).

No que diz respeito ao trabalho propriamente dito, o estudo de Altoé (1989) sobre egressos de instituições revela que este é percebido como uma via de inserção social valorizada, muito embora com enormes obstáculos para essa população, por motivos diversos: falta de apoio familiar, formação profissional inadequada e salário precário.

Quais são as expectativas dos internos em relação ao seu futuro?

Diversos autores relatam a dificuldade que o menor internado tem em estabelecer um projeto de vida, em pensar o seu futuro. É uma questão que lhe traz grande angústia, pois, de certa forma, pressente as dificuldades que terá que enfrentar no mundo lá fora, muitas vezes sem ajuda alguma. Guirado (1986) chega a afirmar que a instituição é o substituto do projeto de vida, da singularidade e da vida.

A pesquisa de Cabral (1982) aborda as dificuldades vividas pelas menores, principalmente aquelas que estavam internadas durante vários anos. Segundo a autora, a impotência para planejar o futuro constitui o sentimento dominante entre as internas, que afirmaram desejar trabalhar, sair da instituição, ter uma casa, família e proteção.

Vainsencher (1989) relata que a solicitação para que os internos manifestassem o que gostariam de fazer na vida gerou angústia, desencorajamento e apatia. Sua pesquisa demonstra que 12% dos menores não conseguiram sequer pronunciar qualquer palavra so-

É muito difícil para o “menor” que se encontra internado até mesmo pensar no seu futuro.

bre suas expectativas e projetos. Dos que conseguiram fazer projeções para o futuro, estas eram extremamente vagas, como por exemplo ter um trabalho qualquer (17% dos casos).

Silveira (1989) relata em sua pesquisa como as internas de uma instituição da FEBEM/Ce, quando têm algum projeto de vida, em geral reproduzem o modelo opressor interiorizado a partir de sua condição de menor-mulher: ser empregada doméstica ou prostituir-se. Segundo a autora, a vida de algumas internas é permeada pela desesperança e pelo desalento.

Outra demonstração da dificuldade dos internos em pensarem num projeto de vida consiste na tentativa de manter sua situação atual, sem grandes modificações. Esta tentativa é expressa no desejo de ingressar nas Forças Armadas, na busca de segurança e de um futuro previsível. Dos 96 alunos entrevistados por Altoé (1990), 64 almejavam entrar nas Forças Armadas. Nada melhor do que a fala dos meninos para expressar esse sentimento (ver Silveira, 1989: 246):

“Vou sair daqui e vou direto para outra escola que é o quartel” (16 anos).

“Eu quero ir para o Exército porque já acostumei a vida preso” (16 anos).

“Quero ir para as Forças Armadas. Quero sair da gaiola para ir para o viveiro. Tem mais espaço” (15 anos).

Altoé (1989) encontrou nos ex-internos a mesma falta de esperança e de opções, o que os impossibilitava de fazer planos concretos para o futuro. Apenas os que tinham um mínimo de infraestrutura necessária à sobrevivência conseguiram manifestar um “projeto de vida”. Desejavam para o futuro poder esquecer o passado e mudar de vida — trabalhar, comprar a casa própria, constituir família ou mesmo ingressar nas Forças Armadas.

1.2. A criança pobre e suas estratégias de sobrevivência



medida que a década de 80 avança, intensifica-se o questionamento do conceito de “menor”, até então aplicado de forma pouco crítica. Nos anos 70 e mesmo no início da década de 80, não era tão óbvio quanto parece hoje que o problema do “menor abandonado” fosse uma consequência direta da política nacional de priorização do crescimento econômico, em detrimento do bem-estar da população.

Fica patente nos anos 80 o reconhecimento por parte da sociedade de que a presença em massa de crianças nas ruas não pode ser ignorada. Procura-se explicar essa presença pela necessidade que as crianças pobres teriam de gerar renda para contribuir no orçamento familiar, fato com frequência associado ao processo de empobrecimento do país.

As pesquisas da época passam a apontar as estratégias desenvolvidas pelas crianças para sobreviverem, indicando que estas, em idade cada vez mais precoce,

assumem a responsabilidade de garantir até mesmo o próprio sustento⁵. Os diversos estudos que surgem com o objetivo de diagnosticar a situação da infância pobre no país também sinalizam a enorme importância que o fator “ter que gerar renda” adquire para aqueles que constituem a clientela alvo dos programas de assistência ao menor.

Nesta seção, abordaremos o tema sob a ótica das pesquisas que retratam as estratégias desenvolvidas pelas crianças e jovens para conseguirem dinheiro nas ruas das grandes cidades, merecendo a designação genérica de “meninos de rua”. Cabe esclarecer que os meios utilizados pelas crianças para sobreviverem nas ruas (as “estratégias de sobrevivência”) englobam uma série de atividades (do tipo “biscate”), inclusive as ilegais. Consideraremos também alguns dados de pesquisas sobre os trabalhadores assalariados, embora mais para efeito de comparação, pois as pesquisas que focalizam o menor trabalhador em geral lidam com dados censitários e, portanto, não foram incluídas neste texto (ver Capítulo 1 desta publicação).

Meninos e meninas “de” e “nas” ruas

A partir de meados da metade da década de 80 difunde-se uma nova forma de designar as crianças e jovens que se encontravam nas ruas — os chamados “meninos de rua”. O uso do termo consolida-se nesta época, embora identifique-se a sua origem em terminologia empregada em duas pesquisas publicadas no ano de 1979, em Belém e em São Paulo (Gonçalves, 1979 e Ferreira, 1979).

Ao atingir a dimensão de um fenômeno que adquiriu considerável visibilidade nas grandes cidades de todo o país, o tema “meninos de rua” passa a ser explorado por muitos pesquisadores. Os estudos que surgem têm em comum a proposta de caracterizar um grupo ainda não conhecido. Trata-se de pesquisas que apresentam um perfil dos “meninos de rua”, destacando suas características, origem, atividades, inserção familiar, sobrevivência e assim por diante (Gonçalves, 1979; Governo do Estado do Ceará/IPLANCE, 1980; Rizzini, 1986; Myers, 1988; Governo do Estado do Ceará/SAS, 1988; Pires, 1988; Oliveira, 1989 e Capítulo 4 desta publicação).

Este tipo de pesquisa, que diríamos marcar uma primeira fase de produção sobre o tema, apresenta uma interessante similaridade de resultados em diversas cidades, o que vem a assegurar a extensão e a gravidade do problema, que passa a ser reconhecido como um fenômeno de âmbito nacional. Outro traço a ser apontado é que estas pesquisas não diferenciam os grupos de crianças que podem ser encontrados nas ruas, razão pela qual, na designação genérica de “meninos de rua”, inclui-se também as meninas, os que

trabalham e retornam à casa e aqueles que moram nas ruas. Na verdade, estas pesquisas focalizam somente o grupo mais visível nas ruas, ou seja, aquele composto por crianças envolvidas em atividades que lhes rendem algum dinheiro — um grupo que, sem dúvida, cresceu rapidamente na década em questão, devido ao período de prolongada recessão econômica e o conseqüente empobrecimento da população. Por outro lado, as pesquisas indicam também a existência de uma percentagem, que, apesar de pequena não poderia ser ignorada, de crianças e adolescentes que perdem o vínculo com a família ou que o mantêm de forma ocasional.

O fato é que somente no final da década de 80 estabelece-se uma distinção clara entre os dois grupos — os que moram nas ruas e os que passam os dias nas ruas — sendo assim denominados “meninos(as) *de* rua” e “meninos(as) *nas* ruas”. Esta distinção é resultado do conhecimento adquirido, nos anos anteriores, sobre a realidade de vida destas crianças e torna-se possível a partir da constatação de que a grande maioria das crianças e jovens que se encontram nas ruas retornam à casa no final do dia.

Ao contrário do que se pensava, dado o número crescente de crianças desacompanhadas nas ruas, estas não são abandonadas, muito embora vários estudos indiquem uma tendência ao enfraquecimento dos laços familiares devido às relações que as mesmas estabelecem nas ruas sem a interferência da família. Solidificou-se, assim, o conhecimento de que se trata de crianças pobres, precocemente imbuídas da responsabilidade de participarem do orçamento familiar.

Outras contribuições a nível de pesquisa podem ser identificadas nos últimos anos da década, embora ainda sejam predominantes os estudos de perfil das crianças. Destaca-se algumas pesquisas que apontam para o esforço de focalizar os demais grupos existentes nas vias públicas, como por exemplo as crianças que permanecem nas ruas com suas famílias (Lusk, 1989) ou, ainda, a tentativa de incluir nas pesquisas sobre “meninos de rua” o tema da família, como elemento indispensável para o estudo do problema (ver Capítulos 5 a 7 desta publicação). Nesse sentido, não se pode deixar de mencionar uma tendência mais recente — os estudos sobre a violência contra a população infantil nas ruas — provocada por uma seqüência de denúncias a respeito de um outro fenômeno que desponta em todo o país: o extermínio de crianças (Dimenstein, 1990; MNMMR-IBASE-NEV/USP, 1991)⁶.

5. Não há como dissociar deste contexto de pobreza e constrição social o fato de que, ainda hoje, o trabalho infantil seja encarado com tanta naturalidade. A despeito da legislação, que proíbe o trabalho para menores de 14 anos, as pesquisas mostram e as estatísticas o comprovam, que muitas vezes crianças com idade inferior a 10 anos trabalham nas mesmas condições que os adultos, não sendo necessariamente sequer remuneradas.

6. Os estudos que surgiram recentemente apresentam várias semelhanças metodológicas, sendo fortemente marcados pelo teor de denúncia acerca do extermínio de crianças no país. Apesar de não trabalharmos com os resultados de tais estudos neste texto, seria falso de nossa parte deixar de registrar a sua existência como uma importante tendência presente no final da década de 80.

O perfil dos meninos e das meninas que se encontram nas ruas

Das pesquisas que surgiram no período de 1979 a 1990, identificamos 16 que abordam as condições de vida e a vivência das crianças nas ruas. Apresentaremos a seguir uma síntese dos resultados dessas pesquisas.

As crianças e jovens que se encontram nas ruas são, em sua grande maioria, do sexo masculino, como se pode ver na Tabela 1.

As pesquisas sugerem, embora não aprofundem a questão, que as famílias procuram, sempre que possível, manter as meninas em casa, seja para ajudar nas tarefas domésticas, seja para evitar que caiam nas redes da prostituição. Cabe ressaltar, em relação a essas pesquisas, que como não há uma preocupação em retratar o caso específico das meninas, os resultados não são discriminados de acordo com o gênero.

A faixa etária dos menores estudados vai, em média, dos 7 aos 17 anos, havendo uma maior concentração na faixa dos 11 aos 14 anos, o que parece indicar a existência de um maior número de crianças trabalhando nas ruas neste período de suas vidas.

As pesquisas apontam que a idade de iniciação das crianças em atividades de rua se situa na faixa dos 7 aos 12 anos, com predominância na idade dos 9 anos. Verifica-se que em geral os menores tendem a permanecer nas ruas até a faixa dos 15-16 anos. No Rio de Janeiro, da amostra considerada, havia nas ruas apenas 17% de adolescentes com mais de 14 anos (Rizzini, 1986) e, em Fortaleza, os jovens entre 14 e 18 anos compunham somente 12,3% da amostra (Governo do Estado do Ceará/SAS, 1988). As pesquisas não focalizam as ocupações dos adolescentes à medida que se aproximam da maioridade. Ao que tudo indica, boa parte deles abandona o setor informal, principalmente o trabalho exercido nas ruas, em busca de uma situação de emprego mais segura, no que se refere ao salário e à aceitação na sociedade.

Poucos estudos referem-se à origem étnica das crianças. No Rio de Janeiro, Rizzini (1986) encontrou uma percentagem de 28% de menores de cor branca, sendo, portanto, a grande maioria da amostra composta por negros e pardos. Quanto ao local de origem, as crianças, em geral, são provenientes das favelas e das periferias das grandes cidades, onde se concentra a população de baixa renda.

O que se sabe sobre as famílias das crianças que estão nas ruas?

Apesar do reconhecimento expresso pela maioria dos pesquisadores de que é importante estudar as relações familiares das crianças nas ruas para se obter um conhecimento mais adequado da questão, a família não tem constituído objeto de estudo específico das pesquisas. Normalmente, o tema da família é abordado apenas como uma das áreas em torno das quais precisa-se levantar informações a respeito das crian-

Tabela 1

A presença de crianças e adolescentes nas ruas, segundo o gênero

Local	Ano	Meninos (%)	Meninas (%)
Belém	1979	97	3
Rio de Janeiro	1986	87	13
Fortaleza	1988	90	10
Recife	1989	90	10
Recife	1990	84	16
Salvador	1990	89	11
Goiânia	1990	88	12

Fontes: Gonçalves; Rizzini; Governo do Estado do Ceará; Oliveira; Juárez; Ibase e FLACSO.

ças. Conseqüentemente, via de regra, os dados sobre a família são obtidos de forma indireta através de entrevistas com as crianças, o que resulta numa visão unilateral, não contrastada com a visão dos demais membros da família. Os dados publicados limitam-se a apresentar um perfil aproximado das famílias, através dos depoimentos prestados pelas crianças, a partir de entrevistas realizadas em geral nas ruas.

Uma pesquisa recente, realizada em Goiânia pela FLACSO, procurou superar esta dificuldade ao entrevistar famílias de crianças que saíam às ruas para trabalhar, bem como daquelas que moravam nas ruas. A pesquisa levantou dados sobre as famílias de ambos os grupos, procurando detectar a existência de possíveis diferenças em sua estrutura e dinâmica, assim como também nas condições de vida presentes, que justificassem a saída definitiva da criança de casa⁷.

Ao contrário do que se imagina, a maior parte das crianças que vemos nas ruas têm família e vivem com ambos os pais, como se pode ver na Tabela 2⁸. As pesquisas que abordam a questão da composição familiar das crianças permitem afirmar que: a) há uma certa predominância de famílias nucleares entre as crianças e adolescentes que estão nas ruas; b) encontra-se também uma parcela significativa de famílias organizadas em torno apenas da mãe; c) registra-se, ainda, um pequeno grupo que reside nas ruas, tendo perdido o contato com a família ou o mantendo de forma irregular.

Alguns comentários sobre a pesquisa de Goiânia fazem-se necessários, em virtude de sua singularidade metodológica. Essa pesquisa estabelece uma distinção entre as crianças que trabalham nas ruas e retornam à casa e aquelas que residem nas ruas. De acordo com os resultados obtidos, 96% das crianças que trabalham nas ruas residem com a família, sendo que 47% das famílias são "nucleares" e 40% são "de-

7. Para uma leitura detalhada da pesquisa da FLACSO, consulte os Capítulos 5 a 7 deste livro.

8. Cabe esclarecer aqui que se trata de famílias organizadas em torno tanto da figura materna, quanto da paterna, não envolvendo necessariamente laços de sangue.

sagregadas”⁹. Isso significa que aproximadamente metade das crianças mora com os pais e a outra parte, possivelmente, só com a mãe. Esses dados coincidem com a realidade de outras regiões do país, como indica a Tabela 2.

As crianças *de* rua, embora tenham como característica a não coabitação com a família, provêm de grupos familiares do tipo nuclear em 42% dos casos. As famílias consideradas desagregadas formam 44% do grupo estudado. Tais dados, muito semelhantes aos encontrados entre as crianças que trabalham *nas* ruas, conduzem os autores a repensar a idéia corrente de que a composição familiar por si possa explicar a saída definitiva da criança de casa. Outros fatores inerentes à dinâmica familiar ganham relevo na visão dos pesquisadores, como, por exemplo, a deterioração do relacionamento no interior da família, o que viria a comprometer o envolvimento grupal entre seus membros.

Qual é o tamanho da família das crianças que vemos nas ruas?

O tamanho da família constitui um outro dado que compõe o perfil dos meninos(as) que estão nas ruas. As pesquisas mostram que as famílias das crianças e jovens que precisam sair às ruas para ganhar dinheiro são geralmente grandes (ver Tabela 3).

Tabela 2

Com quem vivem as crianças que estão nas ruas

Belém	1979	44	39	2
Rio de Janeiro	1986	41	35	6
São Paulo	1988	58	30	-
Fortaleza	1988	52	36	4
Recife ¹⁰	1989	36	33	16
Recife	1989	52	21	5
Goiânia	1990	47	40	4

Fontes: Gonçalves; Rizzini; Pires; Governo do Estado do Ceará/SAS; Oliveira; UFPE; FLACSO.

9. Famílias desagregadas são definidas pelos autores como “aquelas em que se observa a ausência do pai ou da mãe biológicos” (ver Capítulo 5 desta publicação).

10. A disparidade dos resultados entre os dois estudos de Recife talvez possa ser explicada pela diferença entre as amostras consideradas. A primeira pesquisa relacionada no quadro focaliza um grupo aleatório de crianças encontradas nas ruas de Recife, enquanto a segunda trabalha com dois grupos específicos de menores trabalhadores nas ruas: um vinculado a entidades de assistência e outro formado por trabalhadores autônomos.

Tabela 3

Número de pessoas que compõem as famílias das crianças que estão nas ruas

Fortaleza	1980	-	7,2 ¹¹
R. Janeiro	1986	56	4-8
Fortaleza	1988	53	5-8
São Paulo	1989	54	5-7
Recife	1989	45	6-8

Fontes: Rizzini; Governo do Estado do Ceará/IPLANCE; Pires; Oliveira.

Trata-se de um quadro curioso, quando se sabe que a tendência dos anos 80 é a redução do tamanho da família, que variou de 4,3 em 1981, para 3,9 membros em 1989. No entanto, ele faz sentido ao se constatar que a tendência não é verdadeira para as camadas mais pobres da população. A família numerosa continua sendo uma das características dos grupos de menor poder aquisitivo do país (IBGE, 1990).

Os dados sobre a renda familiar apontados pelas pesquisas confirmam o que acabamos de dizer. Mesmo com todas as dificuldades registradas pelos pesquisadores para se obter esse tipo de informação das crianças entrevistadas — o que se reflete na enorme discrepância entre os números apresentados — todos atestam que as crianças pertencem a famílias extremamente pobres que, de fato, contam com os ganhos de seus filhos. Outro indicador de pobreza das famílias muito referido nas pesquisas é o fato de predominar entre os chefes de família as ocupações de baixa qualificação e o desemprego.

A experiência de vida dos meninos e meninas nas ruas

Um dos aspectos mais interessantes e esclarecedores das pesquisas sobre “meninos de rua” é aquele que trata das atividades que as crianças desenvolvem e a maneira pela qual ocupam o seu tempo nas ruas. É através do dia-a-dia vivido e relatado pelas crianças que o pesquisador e o leitor penetram no mundo pouco conhecido desses meninos e meninas. Interessa saber o que fazem nas ruas, como ganham dinheiro, como se relacionam com os companheiros, com a polícia e com os transeuntes, quais os perigos que enfrentam, o que esperam do futuro e assim por diante.

Por outro lado, do ponto de vista das crianças que

11. No caso deste estudo realizado pelo governo do Ceará, o número 7,2 refere-se ao tamanho médio das famílias.

são abordadas, as perguntas sobre o seu cotidiano são também as que mais lhe atraem, na medida em que são chamadas a falar de si próprias e de suas experiências. Além disso, a aproximação de um adulto que procura contato sem agredi-las e humilhá-las é, muitas vezes, correspondida com ricas histórias de vida, as quais parecem valer tão pouco diante do descaso da sociedade para com essas crianças.

Vejamos o que, segundo as pesquisas, pode ser dito sobre a vida das crianças nas ruas, principalmente nas ruas mais movimentadas e, com frequências violentas, das grandes cidades brasileiras.

O que fazem as crianças nas ruas? Como sobrevivem?

Focalizaremos, a seguir, os resultados que dizem respeito às atividades com que se ocupam as crianças nas ruas. As pesquisas revelam que elas se envolvem numa série de atividades que lhes possibilite ganhar algum dinheiro. Entre as atividades mais comumente escolhidas pelas crianças, destaca-se a de vendedor ambulante: 64% em Belém (Gonçalves, 1979); 40% em Recife (Oliveira, 1989); 26% no Rio de Janeiro (Rizzini, 1986) e 21% em grupos estudados em diversos estados do país (Myers, 1988). Nas ruas, os meninos e meninas vendem qualquer coisa — balas, chicletes, frutas, biscoitos etc. Eles se ocupam igualmente como engraxates, guardadores e lavadores de carros, carregadores nas feiras e supermercados. Enfim, atividades que se incluem no chamado mercado informal, com as crianças compondo um verdadeiro exército de trabalhadores mirins nas ruas. Segundo as pesquisas, as características do trabalho infantil nas ruas são as seguintes:

Tipo de trabalho

Os meninos e meninas que exercem algum tipo de atividade nas ruas com o propósito de auferir ganhos podem ser divididos em dois grupos: a) os que trabalham por conta própria, de forma autônoma; b) aqueles que são vinculados a adultos que os empregam — os “assalariados informais” (Cacciamali, 1983; Pires, 1988).

As pesquisas indicam que a maior parte dos trabalhadores infantis do setor informal exerce suas atividades de forma autônoma. Por exemplo, a amostra de Pires (1989) referente às crianças que desenvolvem vários tipos de atividades nas ruas da cidade de São Paulo, é formada majoritariamente por trabalhadores autônomos. Já o grupo estudado por Oliveira (1989) em Recife é, em 56,6% dos casos, formado por menores cujas ocupações são “próprias” e, em 22,8%, “alugadas”.

Um levantamento realizado pelo IBASE (1990) em Salvador, cujo método foi contar as crianças que se encontravam nas ruas, apresentou o seguinte quadro: 1079 crianças trabalhando a sós e 481 trabalhando com adultos, em um total de 2419 menores localizados no período da manhã. Não há estimativas confiáveis sobre o número de crianças nas ruas das principais cidades

brasileiras; portanto, o mérito do estudo consiste no esforço de se estabelecer algum tipo de parâmetro acerca da extensão do problema. Cabe-nos apenas salientar que o fato de existirem crianças trabalhando a sós não implica em que sejam necessariamente autônomas.

Jornada de trabalho

Os números revelados pelas pesquisas acerca da jornada de trabalho das crianças e adolescentes nas ruas constituem um dado impressionante. São 20 a 48 horas semanais de trabalho em plena rua. Em Fortaleza, uma pesquisa realizada pelo Governo do Estado do Ceará/ IPLANCE (1980) aponta que aproximadamente metade das crianças/jovens trabalha mais de 48 horas por semana! Como se pode ver no Painel 3, os resultados provenientes de outros estados apontam nesta mesma direção.

Ponto de trabalho

Alguns estudos abordam a questão do local de trabalho na rua e ressaltam a tendência das crianças e jovens de se fixarem em um “ponto” específico para desenvolverem suas atividades. Os principais resultados das pesquisas estão sintetizados no Painel 4.

O que leva uma criança a trabalhar na rua?

Embora praticamente todos os autores abordem os motivos que conduzem a criança a trabalhar na rua, a maioria limita-se a classificar as respostas das crianças, as quais podem ser agrupadas da seguinte maneira:

- O motivo mais comum alegado pela criança para começar a trabalhar é a necessidade de ajudar a família.

- Os motivos referentes às necessidades pessoais da criança e do jovem também aparecem, como no estudo de Juarez (ver Capítulo 4 desta publicação), onde 23,7% da amostra se enquadram neste item. No entanto, não se tem como especificar que necessidades seriam.

- Outro motivo que aparece com muita frequência refere-se à dificuldade no relacionamento familiar: 13,1% no Recife (Oliveira, 1989) e 2,3% em Fortaleza (Governo do Estado do Ceará/SAS, 1988). Também neste caso os estudos não aprofundam o tema, limitando-se a registrar as informações prestadas pelas crianças a respeito de conflitos familiares que contribuem para o seu afastamento de casa.

Além dos motivos citados, o estudo da UFPE (1989) revela outros aspectos que afloram do discurso dos entrevistados:

- O trabalho como legitimação ética de um estilo de vida — onde este aparece como um meio de inclusão na sociedade.

- O trabalho como obrigação compulsória — concepção que apareceu em quase todas as falas: toda criança de “classe baixa” deve trabalhar.

Painel 3

A jornada de trabalho dos(as) meninos(as) nas ruas.

Pires (1989) investigou a influência da jornada de trabalho no rendimento percebido pelas crianças nas ruas da cidade de São Paulo. O autor informa que 82% das que recebem mais de 2 SM, trabalham 41 horas ou mais por semana, ao passo que, para as crianças, cuja faixa salarial situa-se entre 0,75 a 2 SM, a jornada equivalente a 41 horas ou mais não ultrapassa 50% dos casos.

A jornada de trabalho média encontrada por Oliveira (1989) em Recife foi de 9 horas diárias. Na mesma cidade, a pesquisa desenvolvida pela Universidade Federal de Pernambuco (1989) detecta a simultaneidade de atividades para garantir o aumento da renda: cerca de 40% das crianças estudadas exercem duas ou mais atividades, o que prolonga sua jornada de trabalho. Os resultados são coincidentes com os de outras pesquisas, ao indicar que todas as crianças que trabalham por iniciativa própria nas ruas recorrem a este expediente.

O estudo realizado pelo Governo do Ceará/SAS (1988) em Fortaleza revela que 70,3% das crianças permanecem nas ruas meio período por dia.

Na pesquisa de Myers (1988), que engloba vários estados, 59% das crianças têm uma jornada diária de 5 a 8 horas.

Painel 4

Os(as) meninos(as) e o ponto nas ruas.

Ferreira (1980) identifica esta tendência na cidade de São Paulo, analisando-a sob o ponto de vista da reprodução das relações de trabalho existentes na sociedade: o ponto reproduziria as formas de divisão do trabalho, de hierarquização do poder e de controle sobre o espaço ocupado.

No Rio de Janeiro, Medeiros (1985) mostra como o ponto é protegido da saturação pelos seus ocupantes através da passagem aos novos membros de normas e códigos, de maneira quase sempre violenta. Focalizando algumas áreas de maior concentração de crianças nas ruas da cidade, Rizzini (1986) revela que 85% dos(as) meninos(as) têm ponto fixo de trabalho na rua, com um tempo considerável de permanência no mesmo: 35% dos entrevistados afirmaram estar no mesmo local há mais de dois anos e 40%, há pelo menos um ano.

Oliveira (1989) também encontra no Recife uma percentagem significativa de menores (60%) que mantêm ponto certo para desenvolver suas atividades.

Em Belém, Gonçalves (1979) investiga os tipos de permanência dos menores, denominando-os de “focos de atração”, por representarem para seus frequentadores mirins o que a autora chama de “zona de mercado de trabalho”, visto agruparem os fornecedores do “trabalho marginal” e sua clientela (pp.147-8).

- O trabalho como forma de ocupar o tempo (controle) — de forma a evitar a ociosidade.

- O trabalho como preparação para a vida — como uma prática educativa.

Uma outra característica que dificulta a compreensão deste item é que muitas vezes não se pode distinguir os motivos que levam a criança à rua daqueles que conduzem especificamente à busca de trabalho.

Comparando esses dados com os provenientes dos menores trabalhadores assalariados, verificamos que, neste caso, além do fator econômico, existe uma outra motivação para o trabalho. Spindel (1986), no seu estudo com menores assalariados registrados, informa que 47,3% da amostra considerada trabalham por razões não-econômicas, como, por exemplo, para “ter autonomia”, “ser livre”.

Um outro fator importante que leva a criança a tra-

balhar refere-se à posição que a criança passa a ocupar na hierarquia familiar, por contribuir para o orçamento, alterando possivelmente as relações de autoridade. O estudo de Gouveia (1983) com menores assalariados aborda a questão, mostrando que para a grande maioria dos entrevistados o trabalho dava certo *status* no seio da família. Estes sentiam-se mais seguros para reagir quando submetidos a tratamento disciplinar mais severo na família; a autora detectou ainda um sentimento de auto-realização, um certo orgulho pelo fato de trabalharem.

Há que se considerar também a pressão da família para que a criança trabalhe, preocupada em afastá-la das más companhias, principalmente a partir dos 13-14 anos (Gouveia, 1983). Desta forma, o trabalho é percebido como mecanismo disciplinador e como forma de inserção no mundo aceito socialmente.

Que lugar ocupa a escola na vida dos meninos e meninas que se encontram nas ruas?

Para as crianças que passam a maior parte do seu tempo nas ruas, a escola é percebida como importante, embora concretamente esteja fora de seu alcance. É comum a criança afirmar que quer estudar para “ser alguma coisa na vida” e negar que não freqüenta a escola, mesmo quando questionada pelo pesquisador, que sabe de sua permanência prolongada e diária nas ruas. Ao que tudo indica, grande parte das crianças que vemos nas ruas encontra-se de fato matriculada em alguma escola e chegou a freqüentar as aulas, ainda que de forma descontínua. Acreditamos que isto em parte explique os elevados índices de freqüência à escola alegados pelas crianças entrevistadas, como indica a Tabela 4.

A grande variação de percentual observada pode ser atribuída às diferenças das amostras utilizadas nas pesquisas, a partir de algumas variáveis que podem funcionar como incentivadoras ou inibidoras da escolarização, como, por exemplo, a idade, a situação sócio-econômica da família e a participação ou não da criança em programas assistenciais.

A despeito da disparidade dos resultados, os estudos indicam que o trabalho e a permanência da criança nas ruas produzem um impacto negativo para a sua escolarização, fazendo com que uma parcela significativa abandone a escola e com que os que continuam estudando sofram um grande atraso escolar.

O atraso escolar é um fenômeno presente na maioria dos grupos de menores estudados, como evidenciam os dados expostos no Painel 5.

As crianças e jovens estudados atribuem mais comumente a ausência na escola a problemas pessoais e familiares do que a problemas da escola. As falhas do sistema escolar, como, por exemplo, a falta de vagas, aparecem também com certa freqüência. Naturalmente, os motivos apresentados como de caráter pessoal/familiar (a necessidade de trabalhar e a dificuldade financeira) não podem ser desvinculados da realidade social e econômica em que se insere essa população, a qual interfere diretamente na educação.

Os motivos apresentados coincidem na maioria das cidades. O mais citado é a necessidade de trabalhar, constituindo entre 20 a 30% dos casos. A dificuldade financeira surge em segundo lugar, com percentagens que vão de 10 a 30%. O desinteresse da criança pela escola aparece de forma significativa em Recife: 14,5% (1989); Fortaleza: 19,5% (1988), e Belém: 17,7% (1979). No Rio de Janeiro (1986), 16,1% das crianças que abandonaram a escola alegam não gostar da mesma ou da professora. No caso de São Paulo, há uma pequena diferença com relação às outras cidades abordadas. Os motivos como mudança da família e falta de documentos constituem as causas alegadas pela grande maioria dos casos de evasão escolar (Pires, 1988 e Silva, 1983).

Como foi mostrado anteriormente, as pesquisas apontam para os danos causados pelo trabalho na escolarização da criança. Entretanto, o mesmo não ocor-

Tabela 4

Proporção de crianças que estão nas ruas e afirmam freqüentar a escola

Local	Ano	Porcentagem
Belém	1979	71
Fortaleza	1980	70
Rio de Janeiro	1986	53
Fortaleza	1988	63
Vários	1988	82
São Paulo	1989	75

Fontes: Gonçalves; Rizzini; Governo do Ceará/IPLANCE; Myers; Pires.

re necessariamente quando se trata do envolvimento de menores no mercado formal (trabalho assalariado/registo), segundo indicam os autores que investigaram o tema.

Spindel (1986) mostra que o nível de escolaridade dos menores assalariados registrados é superior ao das outras categorias de trabalho infantil, o que, segundo a autora, é reflexo da utilização pelo mercado de trabalho do critério “grau de escolaridade” como fator de seleção da mão-de-obra. Os dados apresentados pela autora sugerem que o grupo em questão percebia salários mais altos do que os trabalhadores infantis de rua e até daqueles empregados no próprio setor formal em ocupações menos valorizadas.

No entanto, a própria autora reconhece que os assalariados registrados constituem uma “elite” dentro do universo do menor trabalhador. Estes são oriundos de famílias com renda superior à de, por exemplo, seus colegas que trabalham informalmente. Contudo, essas famílias também não podem dispensar a contribuição dos filhos no orçamento familiar, ainda que a sua remuneração seja apenas empregada para o sustento dos mesmos. O mercado de trabalho formal destinado aos menores de idade alija um contingente enorme de crianças que não têm possibilidades de atender às suas exigências. Este incorpora basicamente menores que têm acesso a cursos profissionalizantes, como os do SENAI, e aqueles que preenchem os requisitos básicos exigidos quanto ao nível de escolaridade e à idade. Além do que, esses jovens são geralmente filhos de operários que têm acesso à informação das ofertas de emprego existentes.

Quais são as aspirações da criança e do jovem com relação ao seu futuro?

As pesquisas apresentam resultados semelhantes no que se refere à visão da criança em relação ao seu futuro e a mudanças na sua vida atual.

É interessante notar, dadas as dificuldades que enfrentam no trabalho e no estudo, que parcela significa-

O atraso escolar dos(as) meninos(as) que estão nas ruas.

Na amostra de Pires (1988), em São Paulo, 41,1% dos menores estavam de 3 a 5 anos atrasados na escola, fator relacionado pelo autor com a idade em que começaram a trabalhar. Dos que ingressaram na vida produtiva entre 7 e 9 anos, 45,5% estavam com 3 a 5 anos de atraso, enquanto dos que o fizeram com 13-14 anos, somente 11,1% tinham o atraso correspondente. No estudo de Silva, também realizado na cidade de São Paulo, apenas um dos carregadores de feira apresentou idade adequada à série escolar freqüentada.

Das poucas crianças que freqüentavam a escola no grupo estudado por Oliveira (1989) no Recife, nenhuma até a idade de 14 anos tinha completado a 8ª série do 1º grau.

O estudo do Governo do Estado do Ceará/IPLANCE (1980) também atesta o alto índice de defasagem escolar entre as crianças e jovens focalizados no seu estudo: 1 a 4 anos em 80,1% dos casos. A outra pesquisa do Governo do Estado do Ceará/SAS (1988), em Fortaleza, não mediu o atraso escolar, mas verificou que 71,6% dos menores tinham a última série cursada dentro das primeiras séries do 1º grau.

Segundo Gonçalves (1979), a proporção mais significativa dos menores, em Belém, encontrava-se cursando as séries iniciais do 1º grau.

tiva das crianças condiciona seu futuro justamente a estes itens: percebe-se uma grande valorização do estudo e do trabalho, aliado ao esforço pessoal, como meio idealizado, pois aceito pela sociedade, para sair da situação em que se encontram. Ferreira (1979) alerta para o fato de que o projeto de ascensão social por esta via é percebido pela criança, clara ou nebulosamente, como praticamente impossível, em virtude dos obstáculos que ela terá que enfrentar.

O trabalho é a grande aspiração da criança e do jovem. As profissões sem qualificação ou semiqualficadas são as mais almeçadas por eles. Um número menor deseja alcançar profissões de nível superior, mas denota ter consciência de suas limitações.

Dois estudos enumeram as expectativas das crianças com relação a sua vida. No Recife (Oliveira, 1989), 42,8% das crianças apresentam como projeto de vida trabalhar, enquanto 19,4% pretendem estudar e, 16,4%, estudar e trabalhar. Em Fortaleza (Governo do Estado do Ceará/SAS, 1988), as crianças afirmam esperar mudanças em suas vidas através do trabalho (34%), da assistência (19,4%) e da educação (18,2%).

Nada mais exemplificador do que os depoimentos das próprias crianças¹²:

"Tenho que arrumar um trabalho senão não saio dessa vida, não. Sou novo, não quero morrer cedo. Penso em voltar para a escola para estudar. Queria ser gravador de jóias" (15 anos).

"Não tenho outro futuro e vendo doce. Queria trabalhar em emprego, assim de porteiro, vigia de banco, carregar caixa de azeite" (13 anos).

"Eu comecei a trabalhar na rua com meu irmão pra ver se aprendia alguma coisa boa. Tô indo em frente. Quero ser engenheiro para trabalhar. Se eu me esforçar no estudo, eu consigo" (12 anos).

"Eu quero ser doutor de hospital ou então motorista. Eu acho uma profissão bonita. Eu pretendo. A gente tendo força de vontade para conseguir as coisas, a gente consegue" (17 anos).

O que se sabe sobre os rendimentos das crianças nas ruas?

Aqui há dois aspectos a serem considerados: quanto as crianças ganham em suas atividades nas ruas e qual é a sua participação na renda familiar.

Pouco se pode dizer sobre os ganhos das crianças nas ruas, em parte porque é variável e elas nem sempre sabem especificar e, em parte, porque elas resistem a dar esse tipo de informação. Conseqüentemente, os dados parecem pouco confiáveis quando comparados, sendo, inclusive, insuficientes para se tirar maiores conclusões sobre as diferenças regionais que se manifestam. Os dados conseguidos apenas sugerem que o rendimento auferido pelas crianças do Norte e Nordeste é inferior ao das demais regiões do país.

Os pesquisadores que tentam estabelecer um parâmetro entre os ganhos da criança e o salário-mínimo estipulam uma variação de 0,5 até 1,5 salários-mínimos. Estes valores, que à primeira vista parecem irrisórios diante do sacrifício imposto a tantas vidas em tão tenra idade, são importantes para a sobrevivência da criança e de sua família. É bom lembrar que, segundo a PNAD-1988, 54% das crianças e adolescentes (0-17 anos) do país pertencem a unidades domésticas cuja renda mensal *per capita* é de 0,5 salário-mínimo. Destas, 30,6% vivem em famílias cuja renda *per capita* é de até 0,25 do salário-mínimo (IBGE, 1989).

Tal consideração leva-nos à questão da participação dos rendimentos das crianças no orçamento familiar. Os dados levantados pelas pesquisas indicam que o dinheiro conseguido pelos pequenos que se ocupam nas ruas é indispensável à manutenção de um padrão mínimo de consumo que permite ao grupo familiar sobreviver. Assim, os autores tendem a ver a participação da criança como um complemento importante, com o qual as famílias contam (como se pode ver no Painel 6).

Os resultados até então apresentados referem-se aos proventos que as crianças obtêm nas ruas como

12. Ver Rizzini, 1986.

fruto de suas atividades, as quais, como foi apontado, podem ser múltiplas. Cabe acrescentar que, obviamente, nem todas as crianças limitam-se a ganhar dinheiro via trabalho. Há outras formas de obtê-lo, algumas das quais são bem mais fáceis e rendosas do que trabalhar de sol a sol como vendedor ou engraxate. Por exemplo, muitas crianças contam que, além das atividades que exercem, também abordam pessoas para pedir dinheiro nas ruas. No entanto, as mesmas crianças já não admitem com a mesma facilidade, embora umas denunciem as outras, que lançam mão, ainda que esporadicamente, de atividades consideradas ilegais para "fazer um extra", como, por exemplo o furto, o tráfico de drogas e a prostituição¹³.

Os meninos e as meninas que estão nas ruas também lançam mão de outras atividades para sobreviver...

Alguns autores referem-se a atividades que não podem ser caracterizadas como trabalho, denominando-as atividades "marginais" e dividindo-as em dois tipos: as infratoras (furto, roubo, prostituição, tráfico de drogas) e as não-infratoras (mendicância, perambulância).

Os resultados das pesquisas demonstram que o número de menores envolvidos em atividades marginais é bem inferior ao de menores trabalhadores. Isso é verdadeiro mesmo levando-se em conta a dificuldade de se abordar a questão da infração, seja porque as crianças tendem a se calar como forma de se protegerem,

seja porque as pesquisas focalizam predominantemente aquelas que se encontram envolvidas em atividades que não infringem a lei. Trata-se, portanto, de um assunto inexplorado. Muito pouco se sabe sobre a vinculação de crianças e jovens com as redes do crime e a sua atuação nas ruas. Os pesquisadores limitam-se a sugerir que esse grupo seria composto por menores numa faixa de idade mais avançada (14 a 18 anos), possivelmente com experiência de vida nas ruas e, sobretudo, aqueles que romperam com as suas famílias.

Não há registro de pesquisas sobre o caso específico de crianças e adolescentes que exercem de forma sistemática atividades marginais infratoras nas ruas como meio de sobrevivência. Os estudos que existem normalmente exploram o tema da delinquência a partir dos locais de recepção, triagem e detenção, como os juizados de menores e os centros de recolhimento e recuperação de infratores. Ainda assim, interessa-nos apresentar alguns resultados desses estudos, uma vez que com frequência as crianças são flagradas e detidas nas ruas, recolhidas às instituições e posteriormente retornam às ruas, principalmente através de fugas.

O que as pesquisas revelam sobre as infrações cometidas por menores de idade é que as mais comuns incluem-se na categoria "crimes contra o patrimônio", em particular os casos de furtos. Este dado é confirmado por pesquisas realizadas em diversas cidades; em São Paulo, 60% dos casos de infração são constituídos por furtos; em Porto Alegre, 60%; em Recife, 52%, e em João Pessoa, 50%. Outros delitos apontados devido a sua incidência são: no Rio de Janeiro (FEEM, 1982), o consumo de tóxicos, que representa 45% dos casos estudados; perambulância, 40%; prostituição e consumo

Painel 6

O trabalho dos(as) meninos(as) nas ruas e sua participação no rendimento familiar.

As pesquisas realizadas em São Paulo sugerem que a participação das crianças no rendimento familiar não pode ser desprezada. Pires (1989) afirma que as crianças contribuem com 25 a 40% da renda em 36% das famílias, sendo que a participação chega a ultrapassar 40% da renda em 29% dos casos. A autora registra inclusive a ocorrência de casos nos quais a participação das crianças no orçamento familiar atinge 70% da renda. Silva (1983) e Ferreira (1979) ressaltam que a criança contribui ativamente para cobrir os gastos familiares e na criação de estratégias de sobrevivência para si e para a família.

O estudo do Governo do Estado do Ceará/IPLANCE (1980) realizado em Fortaleza também focaliza este aspecto do trabalho da criança, citando que a sua renda compõe em média 22,3% da renda familiar. Levantamento mais recente feito pelo Governo do Estado do Ceará/SAS (1988) mostra que parcela significativa das crianças que trabalham nas ruas destinam seus rendimentos à família (69,8% dos entrevistados), contribuindo, muito possivelmente, de forma decisiva para a economia familiar.

O mesmo ocorre no Recife, onde Oliveira (1989) verificou que 34,9% das crianças entregam todo o "ganho" para a família, enquanto 34,2% o faz parcialmente. Outro estudo de Recife (UFPE, 1989) aponta que as crianças entregam, em média, 50% dos seus rendimentos à família.

13. Cabe aqui um esclarecimento. A prática de atos infracionais por parte das crianças e dos adolescentes que vemos nas ruas constitui um dos itens mais obscuros sobre esse grupo. No caso, estamos nos referindo apenas a práticas esporádicas que as crianças parecem utilizar mais por "pintar uma chance" (alguém oferece uma quantia

para uma ida ao motel) ou por alguém ter "dado uma boeira" (por exemplo, alguém passa distraído com a bolsa ou o relógio e é assaltado). Uma outra coisa é o caso de meninos(as), normalmente de mais idade, que, de forma sistemática, infringem a lei. Sobre esse grupo pouco se sabe, como veremos adiante.

de drogas, 10%, e prostituição, 5%. Em Porto Alegre (Schneider, 1982) aparecem os delitos contra a pessoa, 17%, com maior incidência de casos de lesão corporal (88%), e delitos contra os costumes (12%), predominando os casos de sedução (75%). Em Recife, Edmundo (1987) constata maior índice de furto na faixa de 15 a 18 anos (52% dos delitos) e contrasta esse quadro com o que ocorre na faixa de 10 a 14 anos, na qual predomina a "vadiagem" (53%).

As poucas pesquisas que focalizam a questão das atividades marginais sob o ponto de vista do grupo que passa a maior parte do seu tempo efetivamente nas vias públicas reportam que a mendicância é uma prática comum entre as crianças nas ruas. De 300 crianças e adolescentes abordados nas ruas do Rio de Janeiro (Rizzini, 1986), 18% admitem esmolar, embora não fosse essa a sua única fonte de renda. O quadro guarda semelhança com os casos de Recife (14% do grupo estudado, segundo Oliveira, 1989) e de Fortaleza (13%, segundo Governo do Ceará/SAS, 1988).

Um ponto que não poderia escapar à atenção dos pesquisadores é a relação entre as crianças que estão nas ruas e as instituições responsáveis pela manutenção da ordem pública e pela proteção da infância, especificamente a polícia, juizados e delegacias de menores. A maioria das pesquisas revela que esses meninos e meninas têm uma relação muito conflituosa com os representantes dessas instâncias e, em particular, temem a ação violenta da polícia (Medeiros, 1985; Rizzini, 1986; Oliveira, 1989).

Chama-nos a atenção o fato de não termos encontrado estudos que investigassem especificamente a questão das atividades marginais junto aos meninos e meninas que se encontram nas ruas, particularmente aqueles que vivem nelas, tendo assim mais chance de se envolverem com o mundo do crime. A maior dificuldade é que as pesquisas citadas não permitem estabelecer uma distinção entre os diferentes grupos que se encontram nas ruas. Esta lacuna é detectada por Lusk (1990), que afirma estar ausente do conhecimento que se tem sobre a população infanto-juvenil nas ruas uma "tipologia" que englobe toda a variedade de características passíveis de serem observadas na mesma.

A tentativa de diferenciar

os grupos que estão nas ruas

Embora seja possível detectar uma disposição na produção acadêmica do final da década para reconhecer a existência de grupos distintos nas ruas, a tentativa de estudá-los separadamente constitui até o momento um exemplo isolado. É o caso do estudo de Lusk, no qual o autor, com base numa amostra de 103 menores entrevistados nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, identifica quatro grupos diferentes de meninos(as) *de e nas ruas*:

a. Crianças que trabalham nas ruas, mantidos os vínculos familiares (*family-based street workers*): 21,4% do grupo estudado.

Trata-se do grupo constituído por crianças que moram com suas famílias, mantendo estreito vínculo com as mesmas. A ida para a rua é motivada pela necessidade de trabalhar. São, na sua grande maioria, meninos (90,9%), que freqüentam a escola (72,7%) e cujas famílias são constituídas por pai (ou padrasto) e mãe em 59,1% dos casos. O envolvimento com atividades ilegais é expressivamente menor do que nos outros grupos. A idade média dos meninos (as) é de 13 anos.

b. Crianças que trabalham nas ruas de forma independente (*independent street workers*): 50,5%, representando o maior grupo.

Neste caso, o laço com a família começa a se romper e a criança se envolve mais profundamente com os valores da "cultura da rua". Suas famílias de origem são formadas por ambos os pais em 61,5% dos casos. Periodicamente dormem nas ruas e o seu envolvimento com atividades ilegais é bem mais expressivo: 44,9% exercem "atividades ilegais", sendo que 61,5% usam drogas. São na sua maioria meninos (73,1%), que já tiveram contato com a polícia e com instituições de atendimento (em torno de 60% dos casos), com baixa freqüência escolar (30,8%). A idade média das crianças fica, como no primeiro grupo, em torno dos 13 anos.

c. Crianças de rua (*children of the streets*): 14,6% do total.

Esses meninos e meninas não têm mais contato com a família, residindo permanentemente nas ruas. Vêm de famílias formadas por ambos os pais em 53,3% dos casos. Com forte tendência a exercerem atividades ilegais (60%), essas crianças, meninos em sua maioria (73,3%), têm um grande envolvimento com drogas (80%). Muitos admitem já ter sido presos (60%) e detidos em instituições para menores (80%). A idade média é de 14 anos e a freqüência à escola cai vertiginosamente: só ocorre em 6,7% dos casos.

d. Crianças com famílias nas ruas (*children of street families*): 13,6% do grupo.

São crianças que vivem ou passam o dia nas ruas com suas famílias, constituídas primordialmente ao redor da figura materna. Em apenas 35,7% dos casos registra-se a presença de um adulto do sexo masculino. Essas crianças têm um envolvimento significativo com atividades ilegais (38,5%) e utilizam drogas em 57,1% dos casos. No entanto, o contato com os órgãos repressivos (Juizado de Menores, polícia, centros de detenção etc.) é menor, talvez por estarem na companhia da família — somente 14,3% admitem ter passado por uma instituição para menores, porém 42,9% alegam ter sido apreendidos pela polícia. A percentagem de meninos é um pouco menor (64,3%) e a idade média cai também (10,4 anos); a freqüência à escola é baixa: 14,3%. O tempo de permanência na rua também é menor do que nos outros grupos: 1,3 anos, pois naqueles situa-se entre 3 e 4 anos. Embora o autor não se detenha para explicar este fato, a curta permanência na rua com relação aos outros grupos talvez possa indicar que a presença de famílias inteiras morando nas ruas seja um fenômeno recente. Trata-se de um tema não pesquisado, o qual, sem dúvida, merece ser investigado, a partir da constatação do seu crescimento nos grandes centros urbanos brasileiros.

2. Balanço final: avanços, lacunas e recomendações



A avaliação que se pode fazer dos resultados que acabamos de apresentar é que a década de 80 produziu um conhecimento consistente sobre a situação da infância pobre no país. O avanço é surpreendente se compararmos a produção acadêmica correspondente às décadas anteriores, tanto no que se refere ao volume de material que veio a público, quanto à qualidade do mesmo.

Para fins de elaboração deste texto, agrupamos as pesquisas em dois grandes temas que acompanham o debate da década: os menores institucionalizados e a criança pobre e suas estratégias de sobrevivência.

Historicamente, foi o tema da institucionalização de crianças que abriu as portas para a pesquisa na “área do menor”. A partir do final da década de 70, surgiu uma série de estudos focalizando a criança que vivia internada, cujo universo era desconhecido para os pesquisadores e para a sociedade como um todo. As pesquisas ajudaram a provocar uma acirrada discussão sobre os efeitos da institucionalização na vida presente e futura da criança e do jovem, contribuindo para a fundamentação das denúncias que se seguiram contra uma prática assistencial voltada para a contenção do desvio, caracterizada como discriminatória e estigmatizante.

Levando-se em consideração todas as áreas de pesquisa abordadas, pode-se dizer que os estudos sobre a institucionalização de crianças são os que mais efetivamente têm exercido influência sobre a esfera da ação. Exemplo disso vem a ser a abolição da prática de internar crianças pobres, conforme estabelecido pela nova legislação que dispõe sobre os direitos da criança e do adolescente (Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990).

A despeito da importante contribuição que estes estudos vêm trazendo para a revisão da prática assistencial e do aparente esgotamento do tema, podemos apontar algumas lacunas relativas ao estudo da criança institucionalizada.

- Um assunto pouco pesquisado, mas que certamente chama a atenção, é o nascimento de crianças nos internatos. Um estudo realizado em Recife aponta que 12% dos internos teriam nascido na própria instituição pesquisada (Vainsencher, 1989).

- A questão da expressão e da repressão à sexualidade nos internatos dificilmente é abordada, e sempre de forma breve. É um tema percebido como tabu, as próprias instituições preferindo evitar a sua eclosão por meio da separação total entre os sexos na pré-adolescência.

- A volta da criança e do jovem à família: as reações, os conflitos gerados pela separação e a manutenção ou não dos laços familiares.

- A trajetória dos egressos: como encaminham a sua vida na sociedade, o casamento, a vida familiar, os filhos, o trabalho.

- A internação de crianças órfãs e abandonadas: o que podem esperar para o futuro? Quanto tempo permanecem internadas até serem adotadas? Quantos são e quem são os adotados? O acompanhamento da criança adotada e de sua família nos anos posteriores à adoção — quais são os fatores que levam ao sucesso e ao insucesso da adoção?

- A internação de crianças psicóticas, com deficiências mentais e distúrbios neurológicos graves. É um tema absolutamente esquecido pelos pesquisadores. Se a criança que é pobre tem seus direitos violados, pode-se imaginar que o quadro se agrava em relação ao grupo dos denominados “excepcionais”. Quais as necessidades deste grupo? Qual o tratamento dispensado ao mesmo? Como as instituições concebem estas crianças? Como responder de maneira adequada às necessidades que apresentam?

Apesar das instituições em si não constituírem alvo de análise neste artigo, sugerimos que se estude com cuidado as instituições que permanecerem funcionando após a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente. A quem interessa a sua manutenção? Quem as mantém? O que pretendem? As instituições consideradas alternativas, como, por exemplo, as que acolhem crianças em pequenos grupos e tentam reproduzir o sistema familiar — até que ponto elas realmente se diferenciam do internato típico? Quais as conseqüências que a permanência nestas instituições acarreta para o desenvolvimento da criança e para a sua vida futura?

É fundamental que os pesquisadores se detenham igualmente no estudo das instituições destinadas aos adolescentes infratores. É preciso que se aponte as falhas das práticas correccionais até então utilizadas e se busque novos métodos que venham ao encontro das necessidades apresentadas por este grupo.

Tais foram as questões que, a partir de uma revisão das pesquisas sobre o menor institucionalizado, nos pareceram mais urgentes. Focalizaremos a seguir a discussão sobre as pesquisas que têm como alvo as estratégias a que a criança pobre recorre na luta pela sobrevivência.

Ao avaliarmos a produção acadêmica da década, constatamos que as pesquisas sobre as estratégias de sobrevivência da criança pobre, particularmente as desenvolvidas nas ruas das grandes cidades do país, marcam uma época de importantes mudanças na história da infância no Brasil. Pode-se dizer que estas pesquisas são as que apresentam um perfil mais completo sobre as condições de vida do grupo social aqui examinado. Isso ocorre como resultado da tentativa de se compreender o fenômeno que no decorrer da última década ficou conhecido como o dos “meninos e meninas de rua”. Diversas pesquisas do tipo *survey* surgiram em várias regiões do país, investigando diferentes aspectos do cotidiano das crianças e jovens que passaram a fazer das ruas seu espaço de trabalho e mesmo de moradia. São estudos que possibilitam a realização de uma série de comparações entre os resultados obtidos devido à utilização de métodos semelhantes de investigação.

A principal lacuna a ser apontada com relação a estas pesquisas consiste na não diferenciação dos grupos que se encontram nas ruas. Como a grande maio-

ria das pesquisas enfocam predominantemente as crianças que trabalham nas ruas mas permanecem vinculadas à família, pouco se sabe sobre aquelas que vivem nas ruas.

Queremos salientar a necessidade de se aprofundar o estudo dessas diferenças e sugerir outros temas sobre os quais faltam pesquisas consistentes.

Embora exista uma vasta bibliografia de cunho jurídico sobre a questão dos “menores infratores”, são poucas as pesquisas que abordam o tema tendo como alvo os(as) meninos(as) que sobrevivem nas ruas. Muitos trabalhos foram produzidos em virtude da comoção que o tema provoca, contudo pouco se sabe efetivamente e de forma confiável sobre este grupo social, percebido de maneira extremamente preconceituosa pela sociedade.

Com relação às atividades não infratoras, como a mendicância, estas costumam ser apontadas pelos estudos sobre os meninos e as meninas que se encontram nas ruas, sem contudo haver uma discussão mais aprofundada do tema.

Embora tenhamos apontado as dificuldades existentes para se pesquisar o grupo que se envolve em atividades marginais, os resultados das pesquisas consultadas mostram que o número de menores envolvidos nesse tipo de atividade é pequeno se comparado com o universo daqueles que trabalham. No entanto, não se conhece a dimensão e as particularidades do problema, o qual é em muito ampliado, sobretudo pela forma como a sociedade se sente ameaçada com a sua presença e pela forma com que muitas vezes é abordado pela imprensa. Torna-se imperativo que as pesquisas focalizem o tema para que seus resultados possam subsidiar novas propostas de trabalho que atendam de maneira mais adequada as dificuldades enfrentadas por este grupo. As práticas de atendimento dirigidas aos “menores infratores” são as mesmas que costumavam ser adotadas no século passado para os “menores criminosos ou viciosos” e não vão muito além do encarceramento dos jovens quando detidos pela polícia.

Relegar a segundo plano a importância de se estudar a fundo a questão da delinquência constitui uma grave lacuna, que tem custado a vida de centenas de crianças por ano em praticamente todo o país. Podemos dizer que o mito de que toda criança que vemos perambulando pelas ruas é “pivete” ou “trombadinha” não caiu por terra. No entanto, há dados surpreendentes que sugerem que a parcela de “menores infratores” nas ruas é pouco significativa. Uma pesquisa recente sobre o assassinato de crianças e adolescentes mostra que na maioria dos casos não havia indícios de que as vítimas já tivessem passagens pela polícia ou por qualquer instituição oficial, nem que portassem armas ou ingerissem drogas (MNMNR, IBASE & NEV/USP, 1991).

Uma outra lacuna que gostaríamos de apontar diz respeito ao fato de as pesquisas não discriminarem os dados de acordo com o gênero. O caso específico da menina, em particular o seu ingresso no mundo da rua, é ainda pouco estudado, embora possamos detectar, a partir do final da última década, uma crescente preocupação com a questão, que ainda não foi traduzida em pesquisas de maior impacto. A posição secundária da “menor-mulher” na sociedade fica mais evidenciada ainda por essa pouca atenção que tem

despertado como objeto de estudo. No entanto, as meninas são tão ou mais discriminadas que as crianças e jovens do sexo masculino, seja no exercício do trabalho doméstico, seja no seu envolvimento com atividades marginais, como a prostituição — duas situações importantes do seu mundo praticamente desconhecido pelos pesquisadores.

A nosso ver, o estudo sobre a situação das meninas traria luz aos problemas que elas enfrentam no âmbito familiar, uma vez que os conflitos familiares parecem constituir a principal causa de sua ida definitiva para a rua. Diferentemente do que ocorre com os meninos, a saída das meninas para a rua implica com freqüência no rompimento dos laços familiares, pelo confronto gerado com a recusa do papel reservado a elas no meio familiar.

Chama-nos a atenção o fato de os estudos não retratarem o relacionamento entre as crianças que estão nas ruas. A pesquisa de Ferreira (1979) indica que as relações entre as crianças no grupo são marcadas pelo individualismo, onde cada um responde por si, dada as condições de violência e insegurança que têm de enfrentar. Por outro lado, o grupo funciona como elemento de apoio e de adestramento, principalmente nas fases iniciais em que o indivíduo é introduzido na rua. O estudo precário do tema dos bandos (“gangs”) de rua parece indicar à primeira vista a não existência de grupos organizados nas ruas, como ocorre em outros países¹⁴. Outra possível explicação para essa lacuna refere-se ao fato de não se tratar de um fenômeno muito visível nas cidades brasileiras.

As questões referentes aos sentimentos das crianças que passam pela dura experiência de permanecer nas ruas e de ter precocemente a responsabilidade de trabalhar são igualmente pouco abordadas pelas pesquisas. É possível que as questões práticas referentes às condições de vida e à necessidade de sobrevivência ofusquem os pontos mais subjetivos que afetam as crianças. Para que esse grupo possa ser melhor conhecido e eventualmente beneficiado, é fundamental que se estude as conseqüências dessa inserção prematura no mundo do trabalho, sobretudo no que se refere à esfera das relações familiares.

Uma vez constatado pela grande maioria das pesquisas que as crianças que vemos nas ruas não são abandonadas, é da maior importância que se aprofunde o conhecimento sobre suas famílias. De acordo com os depoimentos das crianças, sabe-se que há conflitos familiares, por vezes graves a ponto de determinar o afastamento definitivo da criança. Muitas alegam que a permanência na rua representa um alívio diante das dificuldades enfrentadas em casa, como a violência, o abuso sexual, a fome e a instabilidade nas relações entre os membros. Desta forma, sugerimos as seguintes questões para estudo:

- fatores que influem para o enfraquecimento e o rompimento dos laços familiares;
- trajetória, história de vida dos grupos que já romperam com os laços familiares, o que inclui pontos pouco abordados na literatura, como as relações afetivas substitutivas e a história familiar, inclusive das famílias com crianças nas ruas;

14. Cabe ressaltar que Mello & Vogel, no Capítulo 6 desta publicação, iniciam uma discussão sobre a “turma da rua”, seus valores, seu código de ética e suas leis de convivência.

- alternativas que pudessem estancar o fluxo das crianças para as ruas, sobretudo a partir das suas comunidades de origem.

Outro fato que nos chamou a atenção foi não ter sido possível o acesso a pesquisas provenientes da região Sul do país. Temos alguns indicadores que permitem afirmar que: a) embora se admita a existência de “meninos de rua” no Sul do país, em particular no Rio Grande do Sul, é bem menos expressiva a presença de crianças nas ruas das cidades daquela região, em comparação com o Sudeste e o Nordeste; b) o intercâmbio de estudos e pesquisas na área da infância é ainda bastante limitado entre todas as regiões do país, sendo particularmente difícil no caso da região Sul.

3. A título de conclusão

A preocupação da sociedade brasileira em relação à infância pobre não constitui novidade. Há mais de um século ela vem se manifestando através de discursos indignados e múltiplas práticas, com o objetivo de proteger os pequenos e os inocentes¹⁵.

Uma nova virada de século se aproxima e não se pode dizer que a sociedade tenha logrado lidar satisfatoriamente com os problemas que afligem um número tão grande de crianças e jovens no país. Pelo contrário, as condições de vida desses *minores*, como diria Francisco de Assis¹⁶, têm progressivamente atingido dimensões assustadoras, constituindo um dos mais graves problemas sociais que testemunhamos nos dias de hoje. Contrasta com nossas aspirações de desenvolvimento e modernidade a presença vergonhosa de milhões de crianças sobrevivendo em condições desumanas, expostas a toda sorte de violência e privações.

É preciso que se diga com todas as letras, e temos base científica para o fazer, que ao contrário do que convenientemente se manteve por muito tempo, essas crianças não são órfãs, abandonadas ou perigosas. São, antes, vítimas de um sistema injusto, que lhes nega o básico e lhes condena ao descaso, ao abandono e à orfandade de sua cidadania.

Acreditamos que o conhecimento produzido na década de 80 constitua um importante passo no sentido de reverter o quadro apresentado neste texto. É apenas um pequeno degrau diante do que está por se fazer. É preciso empenho e determinação por parte de toda a sociedade para que o século XXI não nos pegue ainda tentando lidar com as questões políticas e sociais do país à revelia da imensa maioria de sua população.

15. Para uma análise cuidadosa sobre a história da assistência à infância no Brasil, consulte a pesquisa de Rizzini (1989).

16. Termo com que Francisco de Assis costumava designar os seus. Explica-nos Michel Mollat que a palavra era utilizada na linguagem corrente para qualificar as camadas inferiores da sociedade, tendo uma conotação pejorativa de dependência e de incapacidade jurídica (Mollat, 1989).



Referências Bibliográficas

- ALTOÉ S. (1989). *Menores em tempo de maioridade*. Rio de Janeiro: CESME/USU/FINEP (Relatório de pesquisa).
- ALTOÉ, S. (1990). *Infâncias perdidas*. Rio de Janeiro: Xenon.
- ALVIM, M. R. B. & VALLADARES, L. P. (1988). Infância e sociedade no Brasil — uma análise da literatura. In: *Boletim informativo bibliográfico em ciências sociais*, 26: 13-27, 2º sem. Rio de Janeiro: ANPOCS.
- ANTUNIASSI, M. H. R. (1983). *Trabalhador infantil e escolarização no meio rural*. Rio de Janeiro: Zahar.
- ARRUDA, R. S. V. (1983). *Pequenos bandidos*. São Paulo: Global Editora.
- CACCIAMALI (1983). *Setor informal urbano e formas de participação na produção*. São Paulo: USP/IPE.
- CABRAL, M. A. V. (1982). *Estudo do "menor carente" na perspectiva da política da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM)*. Rio de Janeiro: FGV (Dissertação de Mestrado).
- CALSING, E. F., SCHMIDT, B. V. & COSTA, R. A. (1986). *O menor e a pobreza*. Brasília: IPLAN/IPEA/UNICEF/SUDENE (Série Instrumentos para a Ação, 5).
- CAMPOS, A. V. D. S. (1984). *O menor institucionalizado — um desafio para a sociedade*. Petrópolis: Vozes.
- CARVALHO, M. A. de (1989). *O discurso do menino de rua: uma abordagem sociolinguística internacional*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás (Dissertação de Mestrado).
- CARVALHO, M. A. de (1989). *Tô vivu - histórias dos meninos de rua*. Goiânia, Universidade Federal de Goiás.
- CENTRO de Defesa da Qualidade da Vida (1980). *A situação da criança no Brasil*. Rio de Janeiro: Muro.
- CENTRO de Estudos das Populações Marginais (1989). *Extermínio de menores no Brasil*. Rio de Janeiro.
- CHENIAUX, S. (1982). *Trapaceados e trapaceiros — o menor de rua e o serviço social*. São Paulo: Cortez.
- DAL-ROSSO, S. & RESENDE, M. L. S. (1986). *As condições de emprego do menor trabalhador*. Brasília: Thesaurus.
- DIMENSTEIN, G. (1990). *A guerra dos meninos*. São Paulo: Brasiliense.
- EDMUNDO, L. P. (1987). *Instituição — escola de marginalidade?* São Paulo: Cortez.
- FALEIROS, V. P. (coord.) (1989). *Política, sociedade, família e criança*. Brasília: NEPPoS/UnB (Relatório de pesquisa).
- FARATH, L. M. (1986). Menor trabalhador. In: *São Paulo em Perspectiva* 2(1):49-65, jan. São Paulo: Seade.
- FEEM/Assessoria de Estudos e Projetos Especiais (1982). *Perfil da clientela assistida*. Rio de Janeiro.
- FERREIRA, R. M.. (1979). *Meninos da rua: valores e expectativas de menores marginalizados em São Paulo*. São Paulo: Ibrex.
- FONSECA, C. (1987). O internato do pobre: FEBEM e a organização doméstica em um grupo porto-alegrense de baixa renda. In: *Temas IMESC.21-39*. São Paulo: Soc. Dir. Saúde.
- FRÓES, B. M. (1983). *O choque da inserção sociocultural de crianças institucionalizadas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (Dissertação de Mestrado).
- FUKUI, L. F., SAMPAIO, E. M. S. & BRIOSCHI, L. R. (1982). Escolarização e sociedade: um estudo de excluídos da escola. In: *Educação e Sociedade*, 11:72-91, jan. São Paulo: CEDES.

- GONÇALVES, Z. A. (1979). *Meninos de rua e a marginalidade urbana em Belém*. Belém: Salesianos do Pará.
- GOUVEIA, A. J. (1983). O trabalho do menor — necessidade transfigurada em virtude. In: *Cadernos de Pesquisas* 44: 55-62, fev. São Paulo: Fundação Carlos Chagas.
- GOVERNO do Estado do Ceará/IPLANCE (1980). *O trabalho do menor no setor informal* — Fortaleza. Fortaleza: IPLANCE.
- GOVERNO do Estado do Ceará/Secretaria de Ação Social (SAS). (1988). *Perfil do menino e menina de rua de Fortaleza*. Fortaleza: SAS (Relatório de pesquisa).
- GUIRADO, M. (1980). *A criança e a FEBEM*. São Paulo: Perspectiva.
- GUIRADO, M. (1986). *Instituição e relações afetivas — o vínculo com o abandono*. São Paulo: Summus.
- IBASE (1986). *O menor que dorme na rua do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBASE (mimeo.).
- IBASE (1988). *Relatório de crianças de rua — município de Fortaleza/CE*. Rio de Janeiro: IBASE (mimeo.).
- IBASE (1990). *Contagem de crianças de rua no município de Salvador/Bahia*. Salvador: IBASE (mimeo.).
- IBGE (1989). *Família: indicadores sociais*, v.1. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE (1990). *Crianças e adolescentes: indicadores sociais*, v. 2. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE (1990). *Síntese de indicadores da pesquisa básica da PNAD de 1981 a 1989*. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE/UNICEF (1988). *Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil: sistema de acompanhamento da situação sócio-econômica de crianças e adolescentes — 1981-1983-1986*. Rio de Janeiro: IBGE.
- LEITE, L. C. (1987). *A magia dos invencíveis*. Rio de Janeiro: IESAE/FGV (Dissertação de Mestrado).
- LIMA, M. H. de & IWAMOTO, N. (1982). *A mão-de-obra do menor no município da capital*. São Paulo: SENAI (Relatório de pesquisa).
- LIMA, R. R. A. & BURGUER, F. (1988). O menor e o mercado de trabalho no Brasil: da crise ao cruzado. In: *Crise e infância no Brasil*. São Paulo: IPE/USP/UNICEF.
- LUSK, M. W. (1989). *Street children of Rio de Janeiro: preliminary issues and findings*. Rio de Janeiro (mimeo.).
- MACEDO, R. (1984). A crise e as crianças brasileiras: o caso do Estado de São Paulo. In: *Estudos Econômicos*, 14:441-467, Rio de Janeiro.
- MADEIRA, F. R. (1986). Los jóvenes en el Brasil: antiguos supuestos y nuevos derroteros. In: *Revista de la CEPAL*, 29:57-80, ago. Santiago: Naciones Unidas.
- MARIN, I. S. K. (1988). *FEBEM, família e identidade — o lugar do outro*. São Paulo: Babel Cultural.
- MEDEIROS, M. S. F. (1985). *O trabalhador infantil — estudo sobre o trabalho autônomo do menor de rua*. Rio de Janeiro: IUPERJ (Dissertação de Mestrado).
- MNMMR, IBASE & NEV/USP (1991). *Vidas em risco: assassinatos de crianças e adolescentes no Brasil*. Rio de Janeiro.
- MOLLAT, M. (1989). *Os pobres na Idade Média*. Rio de Janeiro: Campus.
- MYERS, W. (1988). *Characteristics of some urban working children: a comparison of four surveys from South America*. USA: Stanford University Law School (mimeo.).
- OLIVEIRA, C. F. G. (1989). *Se essa rua fosse minha: um estudo sobre a trajetória e vivência dos meninos de rua do Recife*. Recife: UNICEF.
- PIRES, J. M. (1988). *Trabalho infantil: a necessidade e a persistência*. São Paulo: USP/FEA (Dissertação de Mestrado).

- QUEIROZ, J. J. (org.) (1984). *O mundo do menor infrator*. São Paulo: Cortez.
- RAMAZZINI, C. G. S. (1988). *Estudo preliminar sobre diversas situações da população atendida, equipamentos sociais e recursos humanos da FEEM*. Rio de Janeiro: FEEM (mimeo.).
- RIBEIRO, I. (1982). *A multiplicação dos braços*. Rio de Janeiro: IUPERJ (Dissertação de Mestrado).
- RIZZINI, I. (1986). A geração da rua: um estudo sobre as crianças marginalizadas no Rio de Janeiro. In: *Série: Estudos e Pesquisas - 1*. Rio de Janeiro: USU/CESME.
- RIZZINI, I. (1985). A internação de crianças em estabelecimentos de menores: alternativa ou incentivo ao abandono? In: *Espaço*, 11: 17-38. jul. Rio de Janeiro: Universidade Santa Úrsula/CESME. (Cadernos de Cultura USU).
- RIZZINI, I. (1989). Levantamento bibliográfico da produção científica sobre a infância pobre no Brasil. In: *Série Estudos e Pesquisas - 3*. Rio de Janeiro: CESME/USU.
- RIZZINI, I. & WIIK, F. B. (1990). *O que o Rio tem feito por suas crianças?* Rio de Janeiro: CESME-USU/IBASE.
- RIZZINI, I. (1989). *A assistência à infância no Brasil — uma análise de sua construção*. Rio de Janeiro: CESME/USU/FINEP.
- SCHNEIDER, L. (1982). *Marginalidade e delinquência juvenil*. São Paulo: Cortez.
- SILVA, A. R. (1983). Um estudo preliminar sobre o menor carregador em feiras-livres. In: *Cadernos PUC*, 61, dez. São Paulo: PUC.
- SILVA, R. M. R. (1987). Educação e trabalho do menor: dimensão nacional e manifestações regionais. In: *Menor e Sociedade Brasileira*. São Paulo: Loyola.
- SILVEIRA, R. L. L. (1989). *O menor-mulher: a dupla opressão*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará (Dissertação de Mestrado).
- SPINDEL, C. R. (1986). *Espaços de socialização e exploração do menor assalariado: família, escola e empresa*. São Paulo: Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo.
- SPINDEL, C. R. (1985). *O menor trabalhador: um assalariado registrado*. São Paulo: Livraria Nobel.
- UNIVERSIDADE Federal de Pernambuco (Mestrado em Serviço Social) (1989). *Trabalho e menor — contradições, perspectivas*. Recife (Relatório de pesquisa).
- VAINSENER, S. A. (1989). *O projeto de vida do menor institucionalizado*. Recife: UNICEF.
- VALLADARES, L. (1986). Growing up in the favela. *I Congress of Social Research*. New Deli (mimeo.).
- VIOLANTE, M. L. (1984). *O dilema do decente malandro: a questão da identidade do menor FEBEM*. São Paulo: Cortez.
- ZYLBERSTAJN, H., PAGOTTO, C. S. & PASTORE, J. (1985). *A mulher e o menor na força de trabalho*. São Paulo: Nobel/Ministério do Trabalho.